

Monique Moreira Bez

RASTROS DO DESEJO DO ANALISTA EM FREUD

Dissertação submetida ao Programa de pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de Mestre em Psicologia.

Orientadora: Profa. Dra. Mara Coelho de Souza Lago.

Florianópolis
2014

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Bez, Monique Moreira

Rastros do Desejo do Analista em Freud / Monique
Moreira Bez ; orientador, Mara Coelho de Souza Lago -
Florianópolis, SC, 2014.
100 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa
de Pós-Graduação em Psicologia.

Inclui referências

1. Psicologia. 2. Desejo do Analista. 3. Ética do
Desejo. 4. Função do analista. 5. Psicanálise. I. Lago,
Mara Coelho de Souza. II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Psicologia. III.
Título.

Monique Moreira Bez

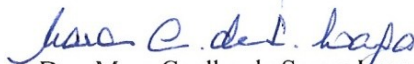
Rastros do Desejo do Analista em Freud

Dissertação aprovada como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina.


Florianópolis, 01 de agosto de 2014.



Dra. Carmen Leontina Ojeda Ocampo Moré
(Coordenadora - PPGP/UFSC)



Dra. Mara Coelho de Souza Lago
(PPGP - UFSC - Orientadora)



Dr. Carlos Augusto M. Remor
(UFSC - Examinador)



Dr. Pedro Heliodoro de Moraes Branco Tavares
(USP - Examinador)



Dr. Kleber Prado Filho
(UFSC - Examinador)

Dr. Adriano Beiras
(UFSC - Suplente)

Para Gilza, Carolina e Luiza.

AGRADECIMENTOS

Ao professor Carlos Augusto Monguilhott Remor, presente na Banca Examinadora, pela confiança em mim depositada, pelos ensinamentos, incentivo, apoio e, principalmente, pelo carinho e dedicação que não se podem expressar em palavras;

À orientadora e professora Mara Coelho de Souza Lago, pela receptividade, por todo apoio, incentivo e sugestões feitas;

Aos membros da Banca Examinadora: professor Kleber Prado Filho, professor Pedro Heliodoro Tavares e professor Adriano Beiras, pela disponibilidade e contribuições com a dissertação;

Às psicanalistas: Jacqueline Virmond, Laureci Nunes e Tânia Mascarello, pelo interesse em minha pesquisa e contribuições feitas;

Às amigas Adriana Rodrigues e Aline Veiga, pela amizade e ajuda concedida durante o desenvolvimento da pesquisa;

Ao meu padrasto Guido Bellati, por todo amor, carinho, apoio e pela disponibilidade e ajuda com a dissertação.

RESUMO

A presente dissertação objetiva mostrar, sob a perspectiva de Lacan, os fundamentos do conceito Desejo do Analista na obra de Freud, percorrendo seus textos, na tentativa de compreender a questão do desejo em Freud. Argumenta que o desejo de Freud o levou à invenção da psicanálise por meio de seu trabalho na clínica com as histéricas, em que desenvolveu as concepções de sexualidade, inconsciente, transferência e resistência, que lhe concederam o lugar do analista. Este lugar sofreu uma transformação no ensino de Lacan, fato decorrente do Desejo do Analista, situado no registro do Outro, *Autre*, conforme a definição de desejo. Desejo do Analista caracteriza-se como uma função, a de objeto causa de desejo, que ao analista cabe sustentar. Desse modo, possui implicações éticas para a direção da análise – uma ética própria –, designada por Lacan de Ética do Desejo. É a partir deste conceito e passando pela construção da teoria, da técnica, do método, e da direção da análise – pontos que indicam o lugar do analista – que procuro verificar qual o tratamento dado por Freud à ética da psicanálise.

Palavras-chave: Desejo do Analista. Ética do Desejo. Função do analista.

ABSTRACT

This paper presents the grounds of the concept of Desire of the Analyst under Lacan's perspective in Freud's work, reviewing his own texts, and trying to understand the aim of the desire in Freud. Freud's desire led him to the invention of psychoanalysis through his work with hysterical patients in his clinic, thus developing the concepts of sexuality, the unconscious, transfer and resistance, awarding him the place of the analyst. This place has suffered a transformation under Lacan's teaching, a consequence from the Desire of the Analyst that is located in the registration of the Other, *Autre*, following his definition of desire. The Desire of the Analyst is characterized as a function, that of the object that is the cause of desire, which must be supported by the analyst. Thus, it has ethical effects on the analysis direction, a unique and own ethics designed by Lacan from the Ethics of Desire. It is from that concept and by going through the construction of the theory, its technique, its method and the direction of the analysis – clues that indicate the analyst's place – that I verify what was the treatment dispensed by Freud to the ethics of psychoanalysis.

Keywords: Desire of the Analyst. The Ethic of Desire. Function of the Analyst.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
METODOLOGIA	23
CAPÍTULO 1: Sujeito Freud – Desejo.....	27
1.1 A paixão pela origem	27
CAPÍTULO 2: Freud – Desejo do Analista	39
2.1. Das histéricas ao lugar do analista	39
2.2. Freud – Sexualidade – Histeria.....	43
2.3. Freud – Transferência.....	48
2.4. Freud – Transferência – Resistência	53
CAPÍTULO 3: Ética Freudiana	57
3.1. Da ética tradicional à invenção freudiana.....	59
3.2. Freud – Exposições sobre a técnica analítica (parte I)	64
3.3. Freud – Exposições sobre a técnica analítica (parte II)	70
CAPÍTULO 4: Lugar do Analista – Desejo do Analista	77
4.1 Desejo do Outro – Lugar do analista.....	77
4.2 Transferência – Lugar do analista.....	84
CONSIDERAÇÕES FINAIS	89
REFERÊNCIAS	95

INTRODUÇÃO

Durante seu percurso na teoria psicanalítica, Freud sempre falou da técnica analítica, desde seus *Estudos sobre a histeria* (1893-1895), que não passam de uma longa exposição de sua descoberta; passando pela *Interpretação dos sonhos* (1900) e pelo estudo dos chistes; também pelos chamados *Artigos sobre técnica* (1911-1915) que o tempo todo tratam do tema, até *Análise terminável e interminável* (1937), um dos textos importantes sobre a prática clínica. *Escritos Técnicos* é um termo mencionado pelo editor de Freud, James Strachey, agrupando alguns de seus escritos dos anos 1904 a 1919, e cujo título, apresentação e conteúdo indicavam que seu tema era a técnica analítica.

Uma série de questões referentes à técnica analítica são desenvolvidas e desdobradas por Lacan no Seminário, livro 1, *Os escritos técnicos de Freud* (1953-1954), procurando buscar através de um retorno a Freud – como ele mesmo define –, as bases epistemológicas que orientam o trabalho analítico. Lacan interessou-se em definir com exatidão o que faz um analista, utilizando-se de matemas e aforismos sobre o inconsciente e o sujeito (LACAN, 1953-1954/1986).

De acordo com Lacan (1953-1954/1986), não há obra sua em que Freud não nos traga alguma coisa sobre a técnica, mas esses escritos apresentam passagens extremamente importantes sobre o progresso que teve, no curso desses anos, a elaboração da prática da psicanálise. Assim, para este autor, a clínica psicanalítica sofreu algumas transformações que acompanharam o desenvolvimento teórico da psicanálise, e isso nos possibilita pensarmos numa ética da psicanálise que sustentasse essas mudanças.

Desde seus primeiros prenúncios sobre a técnica, Freud (1912/2006)¹ recomendava ao analista adotar um estado de atenção imparcialmente suspensa – atenção flutuante –, não tentando fixar particularmente coisa alguma que ouvisse na memória e, por esses meios, apreender o curso do inconsciente. No texto *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise*, quando fala da técnica, Freud (1912/2006, p. 125) afirma que “esta é simples e consiste em não dirigir

¹Nas referências às obras freudianas primeiramente aparecerá a data da primeira publicação e depois a data da publicação da *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. O mesmo se aplica às referências aos escritos de Lacan publicados pela editora Jorge Zahar.

o reparo para algo específico e em manter a mesma atenção uniformemente suspensa em face de tudo o que se escuta”.

Determina, portanto, a única regra da psicanálise, chamando-a de associação-livre, sinalizando o início da análise. Freud (1912/2006, p. 126) garante que “a regra de prestar igual reparo a tudo constitui a contrapartida necessária da exigência feita ao paciente, de que comunique tudo que lhe ocorre, sem crítica ou seleção”, ou seja, obedecer à regra psicanalítica, que impõe a exclusão de toda crítica do inconsciente ou de seus derivados. Dessa maneira, a partir das construções que o analisante faz na própria análise ao associar livremente, é que será possível o acesso ao inconsciente e, conseqüentemente, ao desejo, já que, conforme Lacan (1967/2003, p. 47), “o inconsciente permite situar o desejo”. A associação-livre vai então construindo uma separação entre o que é dito através das palavras e o que é da ordem do saber do analisante. Por esse viés, o sujeito é conduzido a aceitar a associação-livre como expressão do seu próprio desejo, ou seja, a aceitar falar sem censura.

Aqui notamos que, desde Freud (1912/2006, p. 132) “o analista deve ser opaco aos seus pacientes e, como um espelho, não mostrar-lhes nada, exceto o que lhe é mostrado”. Lacan parece concordar com Freud, porém, ao longo do seu ensino, dá um passo a mais e, na opinião de Quinet (2007, p. 9), afirma que “além da atenção flutuante e da técnica, não impor nenhuma orientação da alma, não há regras numa análise, mas sim a ética da psicanálise regida pelo Desejo do Analista”.

No *Escrito* Discurso na Escola Freudiana de Paris (1970), Lacan define um lugar ao analista em que “[...] o analista não deve guiar-se por seus próprios desejos na cena analítica, pois o desejo de ser analista deve ficar de fora, importando apenas o Desejo do Analista enquanto função” (LACAN, 1970/2003, p. 271). Esboça, no Seminário *Os quatro conceitos fundamentais* (1964), algumas coordenadas que o analista deve alcançar para ocupar o lugar que lhe é próprio. Lugar esse que é definido pela capacidade de alcançar a possibilidade de oferecer o vazio para que o desejo do analisante se mostre como o desejo do Outro². A meta do conceito lacaniano Desejo do Analista é fazer contraponto ao desejo do Outro, surgindo como vazio de significação, com o que Lacan

² Lacan define o Outro, grande Outro, *A* com maiúscula, para distingui-lo do outro semelhante, *a* com minúscula. *A* vem de *Autre* do francês que significa Outro. Lacan considera o Outro como o lugar da fala e lugar terceiro que existe sempre nas relações com o outro (LACAN, 1957-1958/1999).

designa de objeto *a*, causa de desejo, e, cuja função primordial é torná-lo presente no campo do Outro. Lacan com esse conceito propõe o esvaziamento de qualquer substância desse lugar e a partir de tal lugar é que se fará uma intervenção sobre o sujeito, ou seja, do lugar vazio de qualquer substância.

A teoria lacaniana do objeto causa de desejo, diferente daquilo que de algum modo pudesse satisfazer o desejo, possibilita entender algumas das inovações referentes ao campo da técnica. Lacan reconsidera o lugar do analista distinguido por funções em que o analista deve evitar estar na posição do outro imaginário e do Outro absoluto (FINK, 1998).

Assim, quando se refere ao Desejo do Analista, Lacan o institui como uma função que poderá se constituir a partir da própria análise do analista e ressalta que nada tem a ver com um desejo pessoal do analista. Na cena analítica, o Desejo do Analista, enquanto função, é sem objeto e não visa a nenhuma satisfação narcísica. Ao analista não cabe desejar nada na cena analítica, como a promessa de felicidade ou de cura, mas sim fazer-se de causa do desejo do analisante. O Desejo do Analista, segundo Lacan (1967/2003, p. 271), “tem de responder a uma necessidade que nós, analistas, só podemos teorizar como tendo que produzir o desejo do sujeito como desejo do Outro, ou seja, fazer-se de causa desse desejo”. Ressalta também que, na cena analítica, o analista não é sujeito e o ato analítico só existirá pela posição de objeto causa de desejo. Ao falar da ética da psicanálise, afirma que “a ética se inaugurará pelo ato analítico” (LACAN, 1967/2003, p. 376).

É Lacan quem insere a psicanálise no campo da ética, quando a retira da esfera das regras, e isso por meio do conceito de Ato Analítico (QUINET, 2007). “É o analista, com seu ato, que dá existência ao inconsciente, promovendo a psicanálise no particular de cada caso. [...] eis a condição do inconsciente cujo estatuto não é ôntico, mas ético, pois depende do ato do analista” (QUINET, 2007, p. 8). Quando Lacan (1964/2008, p. 40) formula a sentença de que “o estatuto do inconsciente é ético, e não ôntico”, com isso quer dizer que o sujeito do inconsciente segue a ética do desejo e não a normatividade do ser, a certeza que implica a cópula entre o verbo ser e seu objeto.

Lacan sistematiza o tema mais próximo da técnica, presente na prática e que perpassa a teoria, no Seminário, livro 7, intitulando-o de *Ética da psicanálise* (1959-1960), em que designa sua ética em três palavras como Ética do Desejo. Esse aforismo foi o ponto de partida desta pesquisa. A escolha por fazer uma leitura aprofundada sobre esse

tema, além de ser fundamental para a *práxis* psicanalítica, é o que ultimamente vem me fascinando na teoria e clínica psicanalíticas. A prática clínica me suscitou questões acerca da direção da análise, tais como: qual a função do analista e o lugar do analista. Lacan definiu isso ao longo do seu ensinamento com o conceito de Desejo do Analista. A convergência entre teoria e clínica fez com que essas questões emergissem, evocando problemas e provocando assim um desejo de investigação na literatura sobre os conceitos em tela.

Desse primeiro contato com a problemática percebemos que quando falamos sobre ética da psicanálise não há normatividade nem regras, e, por conseguinte, podemos pensar em dois pontos fundamentais que balizam essa ética: um, que está em relação ao Desejo do Analista; e outro, ao desejo do analisante, ou seja, é o Desejo do Analista que se mostra como condição para que haja uma Ética do Desejo numa análise e, assim, uma possível emergência do desejo do analisante. “Se utilizarmos, seguindo Lacan, o enunciado Desejo do Analista, é porque supomos certa continuidade entre esse desejo e o do analisante” (COTTET, 1989, p. 18).

Na análise não há lugar para a sugestão, no sentido de conduzir o paciente. Há sim, uma técnica de revelação e não de condução, direção ou orientação da vida do analisante. Ao atravessar o fantasma, conceito esse criado por Lacan acerca do fim da análise, produz-se um acesso ao desejo, sendo este, efetivamente do sujeito. Ele, por sua vez, nasce primeiro do campo do Outro, estando antes alienado, para depois poder se constituir enquanto sujeito pela operação de separação (HARARI, 1987).

Essa conexão feita por Lacan entre ética e Desejo do Analista que serviu de alicerce para o aforismo Ética do Desejo foi o que me instigou o interesse por trabalhar com as questões freudianas que se tornaram correntes na abordagem dessa relação. Tendo em vista que, ao longo do seu ensinamento, Freud não denominou a ética da psicanálise como a Ética do Desejo referida por Lacan. Ainda assim, quando se fala de ética para Freud, sabe-se que partiu primeiramente do exame da cultura, a fim de entender as fontes do sofrimento humano, para chegar à questão da prática clínica, ou seja, como o neurótico se utiliza do código moral, de ideias religiosas, políticas etc.

A problemática da Ética do Desejo, portanto, não funda sua legitimidade na operação lacaniana efetuada no texto freudiano. De fato, embora não tenha sido tematizada por Freud, que não se ocupou de um escrito sobre a ética da psicanálise assim como o fez Lacan no

Seminário, livro 7, pode-se considerar um bom número de problemas evocados por ele como equivalentes a essa categoria. Da prática da sugestão à ética em Freud, assim como outras questões internas a esse campo, o objetivo desta pesquisa foi agrupar as referências a esse tema, que aparecem de maneira dispersa e apenas como rastros na obra de Freud. Aquém de pretender esgotar o tema, esta pesquisa foi apenas uma introdução do conceito lacaniano Desejo do Analista na teoria freudiana. Desse modo, pretendi realizar um recorte possível acerca do tema, privilegiando alguns pontos, rupturas, elementos que possibilitem a construção de um discurso a partir de leituras dos textos de Freud sob o prisma de Lacan. E desde já convido o leitor a pensar na seguinte pergunta que orientou a construção dessa pesquisa: **Quais os fundamentos, na obra de Freud, do conceito lacaniano Desejo do Analista?**

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir da ideia de complementaridade entre ética e Desejo do Analista. Trata-se de verificar na obra freudiana como se deu o procedimento da técnica, sustentada por uma ética, que concedeu a Freud o lugar do analista. Inicialmente, há de se comentar o forte desejo do sujeito Freud com a invenção da psicanálise, funcionando a todo momento como base para a prática. Dessa forma, isso se constitui como o primeiro eixo a ser seguido, como o primeiro ponto de delimitação deste trabalho. Por certo não será o único, os outros serão apresentados à medida que continuo construindo a problematização.

O tema da pesquisa, já que se trata de uma questão fundamental na psicanálise, envolve também outros temas psicanalíticos. Liga-se diretamente a toda a psicanálise, embora a dissertação proposta não tenha qualquer pretensão enciclopédica. Propus buscar nos textos freudianos as bases epistemológicas que norteiam o trabalho do analista abordado, no ensino de Lacan, como Desejo do Analista/Ética do Desejo. Os primeiros seminários deste autor trazem uma marca da releitura da técnica freudiana, embora, de forma alguma, seu objetivo tenha sido o de traçar um manual com as técnicas do trabalho analítico. Lacan demonstra interesse em fazer uma releitura não só voltada para o que o analista faz, mas também sobre o ser do analista, a formação do analista. A utilização desse princípio me instigou como pesquisadora a uma investigação na obra de Freud continuamente guiada pela incidência da leitura lacaniana, já que, graças a Lacan, aprendemos a ler Freud de tal maneira que devemos aplicar à sua obra os mesmos

princípios que ele preconiza e as mesmas regras de interpretação que ele especifica.

Aqui compete outra delimitação da proposta de trabalho, tendo em vista a obra freudiana ser muito ampla. Não seria possível percorrê-la inteiramente, bem como a pesquisa se tornaria inviável, sem que outros eixos fossem traçados. A solução para isso foi fazer um recorte na obra freudiana, demarcando os períodos que foram levados em consideração. E foi isso que procurei mostrar nos capítulos um, dois e três.

“Freud não foi sempre freudiano” comenta Serge Cottet (1989, p. 16), fazendo-nos pensar na obra de Freud como demarcada por cortes, tempos para compreender e tempos de inibição. “Há em Freud um tempo para compreender que não rege uma vontade de saber, não obstante evidente” (COTTET, 1989, p. 16). Trabalharei com essas questões mais adiante, por ora introduzirei como elas aconteceram.

É comum escutarmos que a psicanálise nasceu do encontro de Freud com suas pacientes histéricas. Já Lacan (1960-1961/2010, p. 12) a vê como fruto “do encontro de um homem com uma mulher, de Joseph Breuer com *Anna O.*, no caso inaugural do *Estudos sobre a histeria* (1893-1895)”. Para Serge Cottet (1989, p. 18) “a queixa histérica dá uma consistência suplementar a essa declaração”.

Desde *Estudos sobre a histeria* (1893-1895), a técnica psicanalítica sofreu uma transformação, visto que naquele período o trabalho de análise tinha como foco partir dos sintomas e esclarecê-los um por um. A antiga técnica foi então abandonada e substituída por simplesmente deixar que o próprio paciente determine o tema do trabalho cotidiano – associação-livre. Apenas essa técnica mostrou-se eficaz para lidar com a estrutura da neurose. Portanto, é da queixa histérica ao lugar do analista, passando por a paixão pela origem, técnica e ética que tratei de avaliar o que preside o tema desta pesquisa no discurso de Freud.

Buscando alcançar a minha pergunta de pesquisa – **Quais os fundamentos, na obra de Freud, do conceito lacaniano Desejo do Analista?** – organizei o trabalho em quatro capítulos. No primeiro, intitulado **Sujeito Freud – Desejo**, o leitor irá encontrar um breve histórico da psicanálise na obra de Freud, objetivando acompanhar os avanços do pensamento freudiano percorrendo as suas próprias questões; procurando clarear o modo como vai constituindo a psicanálise em torno do desejo.

O segundo capítulo, **Freud – Desejo do analista**, aborda o Desejo do Analista em Freud, exibindo o modo como as históricas fundaram a psicanálise e proporcionaram a Freud seu lugar, relativo ao entendimento que tinha dos fenômenos que depois teorizou como os conceitos de inconsciente, sexualidade e transferência. No terceiro capítulo, **Ética freudiana**, discuto a ética da psicanálise, nos chamados por James Strachey de *Artigos sobre técnica*, a fim de verificar qual o tratamento dado por Freud às questões que a partir de Lacan se tem como relativas à ética. Já o quarto e último capítulo, **Lugar do analista – Desejo do Analista**, contempla o conceito de Desejo do Analista, foco deste trabalho, sob a ótica do lugar do analista no ensinamento de Lacan, objetivando ilustrar alguns fundamentos que definem a minha questão.

METODOLOGIA

Desenvolver uma pesquisa em psicanálise propõe uma continuação da invenção freudiana que também deve ser uma experiência designada a oferecer conhecimento de uso para a *práxis*. Como aparece no texto *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912), “uma das reivindicações da psicanálise é que pesquisa e tratamento coincidem” (FREUD, 1912/2006, p. 152), ou seja, não é possível conceber a pesquisa sem ao mesmo tempo ter como pressuposta a clínica psicanalítica. Ademais, mesmo que a psicanálise possa colocar problemas de teorização para outros campos de saber, é necessário, por outro lado, uma teorização, por assim dizer, interna ao campo psicanalítico.

A psicanálise se constitui também como uma teoria, teoria que informa essa prática. E dizer que a teoria informa a prática significa dizer que ela não é um mero enfeite complementar dessa prática. Sem a teoria, a psicanálise ficaria reduzida a um empirismo cego (MEZAN, 1994, p. 17).

Ainda que o tema desta dissertação tenha se originado da atuação da pesquisadora como analista, a proposta do trabalho não foi desenvolver uma dissertação clínica, mas teórica. Conforme Garcia-Roza (1994, p. 65), “[...] o trabalho de pesquisa [...] a partir da clínica diz respeito [...] à formação do analista, que pode ou não estar cruzando o processo de pós-graduação”. O autor destaca que, embora se cruzem, são coisas completamente diferentes

Quando se fala de método, em se tratando de pesquisa em psicanálise, conforme Renato Mezan (2002), é possível escolher muitos caminhos. Por meio da história seria um desses, menciona o autor, isto é, pesquisar de que maneira se constitui a disciplina, quem foram seus precursores, como foram feitos os recortes dos fatos selecionados para o estudo, e quais eram as condições socioculturais na época de sua fundação. Mezan (2002) ressalta que uma disciplina se torna autônoma quando define seu campo, seus métodos e sua problemática própria. Desse modo, para discorrer sobre o método, precisei descrever a história da própria psicanálise e foi o que procurei fazer nos capítulos que apresentam a fundamentação teórica da dissertação.

Mezan (2002), além disso, cita outro meio para se conhecer uma disciplina – a investigação epistemológica –, que se interessa pela maneira como os conceitos são produzidos.

[...] a investigação epistemológica se preocupa com o modo de produção dos conceitos, com o funcionamento dos dispositivos teóricos estabelecidos pela disciplina, com a forma pela qual ela constrói, valida ou refuta suas hipóteses. Seu objeto é portanto a teoria concebida como armação racional, enquanto o objeto da teoria é o campo de fenômenos do qual ela deve dar conta (MEZAN, 2002, p. 437).

É próprio da metodologia, na pesquisa em psicanálise, a formulação do problema no desenvolvimento do trabalho. Assim o leitor vai sendo informado sobre os caminhos que foram adotados para se realizar a pesquisa (MEZAN, 1998). Esta, devido à peculiaridade do tema, que aborda questões subjetivas oriundas da clínica psicanalítica, é uma pesquisa teórico-documental, que se detém nos conceitos de Freud e Lacan, em que os ensinamentos encontram-se na própria teoria psicanalítica. Os textos de leitores da psicanálise auxiliaram a compreender os conceitos em jogo, ofereceram consideráveis recursos para expandir o alcance da proposta, e fazer o percurso que visa caracterizar as formas como o desenvolvimento da teoria freudiana fundamentou o conceito lacaniano de Desejo do Analista.

A intenção de uma pesquisa teórica seria realizar um estudo crítico da teoria psicanalítica, objetivando examinar sua lógica interna, a coesão estrutural dos conceitos e as condições de sua possibilidade. Nesse sentido, a justificação de uma teoria implica um retorno aos seus conceitos e leis fundamentais. No caso específico da psicanálise, o retorno a Freud proposto por Lacan, buscou, inicialmente, exatamente isso, recuperar o rigor conceitual da teoria freudiana (GARCIA-ROZA, 1994).

Dessa forma, como método nesta pesquisa, busquei a identificação de problemas/dilemas fundamentais dos textos de Freud a respeito do lugar do analista, sob o prisma de Lacan, identificando em cada um deles, em que contribuíram para a exigência, no horizonte maior do campo da psicanálise, do conceito lacaniano de Desejo do Analista. Haja vista a dedicação de Lacan em realizar, com os recursos que lhe eram disponíveis, uma continuidade da obra freudiana.

Mas, essa leitura dos textos psicanalíticos de forma alguma significou apenas fazer um resumo. Renato Mezan (1994) afirma que não há nada de psicanalítico nisso, e cita Jean Laplanche a quem considera um exímio pesquisador da psicanálise na universidade francesa. Informa que Laplanche é autor de um artigo-programa que é uma espécie de método, chamado “Interpretar (com) Freud”. Nesse artigo-programa, segundo Mezan (1994), Laplanche propõe um tipo de trabalho que transportaria para a leitura de textos psicanalíticos alguma coisa do método psicanalítico, que consiste em “achatar todo o relevo do texto”, dando a todos os elementos do texto o mesmo valor, como na sessão de análise. “A grande declaração de princípios, a nota de rodapé, a grelha de impressão, a disposição gráfica do título – qualquer elemento textual –, terá o mesmo valor” (MEZAN, 1994, p. 55).

Ademais, esse tipo de trabalho de Laplanche – do “achatamento” – diz Mezan (1994), tem uma equivalência, na leitura de textos, com a atenção flutuante (ou atenção equiflutuante), da qual Freud falava. Esse equiflutuante é então transposto no plano da leitura, o que para Laplanche, “implicaria uma decisão metodológica, apriorística, de achatar todos os elementos para o mesmo plano” (MEZAN, 1994, p. 55).

Outro ponto em relevo do artigo-programa de Laplanche, indicado por Mezan (1994), seria o de considerar que um pensamento, tomado na sua globalidade, move-se a partir de questões fundamentais, e o leitor-psicanalista deve procurar detectar quais seriam as exigências desse pensamento. A partir disso, “haveria algo no plano da discursividade que se aparenta a algo psicanalítico” (MEZAN, 1994, p. 55). Isso representa, conforme o autor, a tentativa de transpor para o plano da leitura alguns equivalentes da situação analítica.

Por esse viés busquei neste trabalho conduzir a pesquisa em direção à teoria freudiana para, seguindo o caminho de Freud, localizar em seus textos os conceitos que serviram de fundamentos para a elaboração do conceito lacaniano de Desejo do Analista, ou seja, baseando-me nos desenvolvimentos e questões do próprio Freud, procurei realizar uma discussão entre as teorias freudiana e lacaniana sobre o tema de pesquisa.

CAPÍTULO 1: SUJEITO FREUD – DESEJO

Na tentativa de compreender a questão do desejo do sujeito Freud e do desejo freudiano – do lugar de analista –, percorreremos o próprio trajeto freudiano. Para um psicanalista a sua conexão com Freud é o fator determinante de encontrar sua própria razão de ser no desejo de invenção da psicanálise. “Necessidade alguma, além da paixão de Freud, pode dar conta dessa ‘peste’³. [...]. É então legítimo abordar a questão do desejo de Freud pela soma de suas paixões” (COTTET, 1989, p. 18).

A biografia de Freud, os impasses de sua história pessoal, e até mesmo os elementos de sua tentativa de autoanálise, assim como a clínica com as histéricas, possibilitam analisar sua obra com o mesmo rigor que ele a transmitiu. Essa forma de teorizar procura percorrer o desenvolvimento do ensino de Freud, acompanhando suas questões; para apreender a maneira como ele vai constituindo a psicanálise ao redor do desejo.

1.1 A PAIXÃO PELA ORIGEM

Ao ingressar na universidade de Medicina, em 1873, Freud experimentou desapontamentos consideráveis também pelo fato de ser judeu. Relata que nunca compreendeu porque deveria sentir-se envergonhado de sua ascendência ou de sua “raça” (como as pessoas chamavam), e por que esperavam que se sentisse inferior e estranho. Porém diz que suportou sua não aceitação na comunidade e que essas primeiras impressões na universidade, contudo, tiveram uma consequência que depois viria a ser importante, pois dessa maneira estava se familiarizando com o destino de estar em oposição (FREUD, 1925[1924]/2006). Isso o fortaleceu e o ensinou a suportar estar só, para enfrentar as oposições e persistir em suas convicções.

Começou seus estudos com as doenças nervosas e havia naquela época, em Viena, poucos especialistas nesse ramo, embora em Paris o renomado Jean-Martin Charcot já brilhasse por seu trabalho com as neuroses, sobretudo a histeria. Freud então formou um plano de obter uma designação como conferencista universitário sobre doenças

³ “Eles não sabem que vim para lhes trazer a peste” (LACAN, 1953-1954/1998), famosa frase de Freud dita a Jung, referindo-se à psicanálise, quando estavam a caminho da Clark University para o pronunciamento de *As cinco lições sobre a psicanálise* (1910[1909]). Essa frase não aparece em Freud, somente em Lacan que declarou tê-la ouvido da boca do próprio Jung.

nervosas, em Viena, e dirigir-se a Paris para continuar seus estudos. Em 1885, prestes a se formar em Medicina, ganhou uma bolsa de estudos para trabalhar durante cinco meses na França e escolheu o Hospital Salpêtrière. Tornou-se aluno e tradutor para o alemão das conferências de Charcot. A partir dessa época participou integralmente de tudo o que se passava na clínica (FREUD, 1925[1924]/2006).

No comentário de Freud, a escola francesa de neuropatologia aparentava prometer-lhe diferenças quanto ao trabalho e sobre áreas da neuropatologia ainda não abordadas pelos cientistas da Alemanha e da Áustria. Entretanto as descobertas da escola francesa sobre hipnotismo e histeria não foram bem aceitas no seu retorno a Viena e Charcot, entre outros, foram acusados de baixa capacidade crítica, e de dramatizarem seu trabalho (FREUD, 1956[1886]/2006).

Charcot instiga Freud a uma direção a que ele já vinha se encaminhando, dado que havia diagnosticado a histeria como uma verdadeira enfermidade e reconhecido que afligia tanto os homens quanto as mulheres, resgatando também a hipnose para aplicá-la no tratamento de doenças mentais. Esse interesse de Charcot em diagnosticar e identificar essas doenças específicas despertou a curiosidade de Freud que se surpreendeu ao vê-lo curando paralisias histéricas através da sugestão hipnótica (GAY, 2008). Freud, nessa época, já mostrava seu nítido direcionamento e sua forte crença de que a histeria tinha a etiologia psíquica. Charcot concorda com esse ponto de vista, porém não teve qualquer interesse especial em penetrar mais profundamente na psicologia das neuroses. Já Freud foi adiante, manifestando a força de seu desejo, mesmo sem apoio e contra todas as concepções da época.

Quando volta a Viena em 1886, cabia-lhe apresentar um relatório sobre o que vira e aprendera com Charcot. Porém teve má recepção, com recusas e comentários de que as ideias que trouxera eram inacreditáveis. Como logo depois foi excluído do laboratório de anatomia cerebral e não teve oportunidade de pronunciar suas conferências, afastou-se da Medicina e da vida acadêmica, deixando de frequentar as sociedades eruditas (FREUD, 1925[1924]/2006).

Nesse mesmo ano e já médico, Freud anuncia que recebe em consultas doentes nervosos. “Confessa que, nessa época, a falta de dinheiro era difícil, e que houve momentos em que não podia tomar um coche de aluguel para atender chamados em domicílio” (GAY, 2008, p. 65). Contudo ao discorrer sobre a histeria perante a associação médica de Viena, encontrou uma audiência variada com alguns mais receptivos

e outros menos. Freud decidiu interpretar a atitude dos colegas como pura rejeição obtusa e, a partir desse momento, decidiu estar em oposição à instituição médica (GAY, 2008). Em vista disso já podemos pensar que a caminhada de Freud na investigação das afecções mentais (como ele chamava) foi árdua e longa, mas que sobreviveu por ser sustentada pelo verdadeiro desejo freudiano.

Em 1887, Freud conhece Fliess, um otorrinolaringologista de Berlim que chegara a Viena. Assistiu a algumas conferências de Freud sobre neurologia e foi convidado por ele próprio a manter uma relação de amizade. Ao desenvolver a teoria da psicanálise, Freud viria a ter mais inimigos e menos amigos do que gostaria; e Fliess tornara-se um amigo muito próximo. Como um leitor dedicado e atento dos manuscritos de Freud, Fliess o ajudou a voltar sua atenção aos chistes, como material útil para o trabalho psicanalítico. E, ainda, fazia reflexões sobre a sexualidade infantil nos textos que publicou em 1890, mesmo antes de Freud ficar totalmente convencido dessa ideia (GAY, 2008).

A amizade entre eles amadureceu com grande rapidez e durante essa fase, Freud passou a ficar cada vez mais insatisfeito com as técnicas disponíveis de tratamento dos pacientes neuróticos. Motivo este que provocara sua desistência da terapêutica de doenças nervosas, tomadas como orgânicas. Porém isso foi algo irrelevante para Freud visto que não havia perspectiva em tais tratamentos. De outro modo, na clínica as coisas não iam bem, e a quantidade de pacientes era insatisfatória (FREUD, 1925[1924]/2006). Mesmo assim, dizia que “[...] independente disso, havia algo de positivamente sedutor em trabalhar com o hipnotismo. [...] Pela primeira vez havia um sentimento de haver superado o próprio desamparo, e era altamente lisonjeiro desfrutar da reputação de ser fazedor de milagres” (FREUD, 1925[1924]/2006, p. 24).

Quando visitou Bernheim, médico neurologista francês, em Nancy, em 1889, tinha como finalidade o aperfeiçoamento da técnica hipnótica. Contudo Freud a empregou de outro jeito, tentando um afastamento da sugestão hipnótica pela via de questionamentos dirigidos às origens dos sintomas. Isso mostrava mais resultados do que as simples ordens ou proibições sugestivas (FREUD, 1925[1924]/2006).

Nessa época, Freud, como jovem médico brilhante, ainda não estava seguro de ter um belo futuro. Além de sua decepção com a Medicina e com os tratamentos da eletroterapia, também se desapontou com a hipnose como método terapêutico. Pouco tempo depois, a psicanálise nasceu como uma emancipação da hipnose (GAY, 2008).

Nesse período, não se dedicou à escrita, publicou pouco. Sua maior preocupação estava com fixar-se em sua nova carreira e garantir o seu sustento e de sua família (FREUD, 1925[1924]/2006).

Quando publica seu primeiro livro *O estudo sobre a afasia*, em 1891, Freud o dedica a Joseph Breuer, outro médico, fisiologista experimental com um histórico científico, e muito respeitado em Viena. Foi com ele que começou a estudar a histeria, com o auxílio da técnica do hipnotismo aprendida na França. Freud critica as concepções predominantes sobre os distúrbios de linguagem, apontando de forma sutil para uma procura de causas psicológicas para efeitos psicológicos.

Mesmo antes de Freud ir para Salpetrière, entre os anos de 1880 e 1881, Breuer já tinha lhe falado sobre um caso de histeria que havia tratado de maneira particular, permitindo-lhe que entrasse profundamente no significado dos sintomas histéricos. Freud diz que por várias vezes Breuer leu trechos da história clínica e que isso contribuiu muito no sentido de sua compreensão da neurose. Quando retornou para Viena, recorreu a Breuer, pedindo-lhe que contasse mais sobre o caso (FREUD, 1925[1924]/2006).

A paciente de Breuer, *Anna O.*, era uma jovem que sofria de histeria e que cuidava do pai doente. Apresentava paralisias motoras, inibições e estados de confusão mental. Para que fosse aliviada desses estados nebulosos de consciência, era induzida por Breuer a expressar em palavras a emoção que a dominava no momento. A partir disso, Breuer chega à utilização de um novo método de tratamento: a hipnose. Realizando constantemente o mesmo processo, liberou-a parcialmente de suas inibições e paralisias, de maneira que, ao final, achou também uma inesperada compreensão da natureza enigmática da neurose.

Breuer não se interessou por publicar esse caso durante dez anos. Todavia, em 1891, Freud estava estabelecendo as bases para uma revolução, visto que observou durante esses anos que seus achados em cada caso de histeria eram confirmados constantemente. Depois de haver acumulado considerável quantidade de material, persuadiu Breuer a retomar o assunto, empenhando-se num estudo conjunto. De início este contestou com vigor, mas por fim negociou a retirada das partes que fundamentavam a neurose por sua etiologia sexual. Em 1893 publicaram um artigo preliminar, *Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos*, e em 1895 o livro, *Estudos sobre a histeria*, no qual descreveram seu procedimento terapêutico como catártico (GAY, 2008).

Freud escreve uma carta a Fliess, em 1893, afirmando que a neurastenia é uma consequência frequente de uma vida sexual anormal e

só pode ser considerada uma neurose sexual. Refere-se a si próprio, nesse período, como “totalmente isolado” (GAY, 2008). A situação mostra que Freud, mesmo com tantas dificuldades, já aprendera a não ceder do seu desejo, coisa que irá aparecer quase cinco décadas depois como o germe da ética da psicanálise teorizada por Lacan.

O que procuravam, no *Estudos sobre a histeria* (1893-1895), era estabelecer a origem dos sintomas na histeria, mas não lançavam luz sobre a sua natureza. A ênfase estava dada à significação das emoções e à importância de estabelecer distinção entre os atos mentais inconscientes e os conscientes, não se prestando atenção aos papéis sexuais que desempenham certa função, e a importância que a sexualidade tem na etiologia das neuroses (FREUD, 1925[1924]/2006).

O método catártico procurava dirigir a cota de afeto, que mantinha o sintoma, para a descarga (ou *ab-reação*). Esse método pareceu à primeira vista, de resultados excelentes, mas a teoria da catarse tinha pouco a dizer sobre a sexualidade que já se mostrava na clínica. A experiência de Freud o ensinou que não era qualquer espécie de excitação emocional que sustentava a neurose, mas uma excitação sexual (FREUD, 1925[1924]/2006).

A partir dessa surpreendente descoberta, Freud dá um passo importante, indo além do domínio da histeria e investigando a vida sexual dos seus pacientes, apoiado pelo fato de que a sexualidade não era algo puramente mental. Expõe que estava assumindo uma ideia nova e original, mas teve como resposta uma reação negativa no seu círculo de amigos mais íntimos. Declara que “essa experiência custou-lhe sua popularidade como médico, mas trouxe-lhe convicções que mesmo após algumas décadas não perderam nada de sua força” (FREUD, 1925[1924]/2006, p. 31). Clara referência ao seu desejo.

A fim de evitar concepções errôneas, gostaria de esclarecer que estou longe de negar a existência de conflitos mentais e de complexos neuróticos na neurastenia. Tudo que estou afirmando é que os sintomas desses pacientes não são mentalmente determinados ou removíveis pela análise, mas devem ser considerados como consequências tóxicas diretas de processos químicos sexuais perturbados (FREUD, 1925[1924]/2006, p. 32).

Perante isso, a teoria que Breuer e Freud tentaram construir no *Estudos sobre a histeria* continuou incompleta, pois o primeiro se

esquivou de reconhecer a etiologia sexual das neuroses, apontando que em sua paciente a sexualidade em nada contribuíra para o seu quadro clínico. Somente passados alguns anos, quando Freud retomou o caso para interpretá-lo corretamente, pode compreender o porquê de Breuer ter agido da forma como agiu, interrompendo o tratamento de *Anna O*. Explica que quando o trabalho de catarse aparentou estar concluído, a paciente subitamente desenvolveu uma condição de amor transferencial, e como Breuer não havia feito ligação disso com a doença, distanciou-se do caso, desolado (FREUD, 1925[1924]/2006). O que apareceu para Breuer, assinala Freud, foi “a transferência sob forma sexual – seja de afeição ou de hostilidade –, no tratamento” (FREUD, 1914/2006, p. 22).

Nos pontos em que Breuer recuou, isto é, do papel desempenhado pela sexualidade na etiologia das neuroses, e da transferência dirigida ao psicanalista sob forma de amor, Freud prosseguiu. O que constituiu a abertura desse período foi um afastamento entre os dois, de modo que Freud se tornou o único a ministrar o seu legado. A divergência de opiniões sobre a causa de um processo mental tornar-se patogênico (Breuer a busca na fisiologia) e a má recepção que o livro dos dois teve tanto em Viena quanto na Alemanha afastou Breuer da psicanálise (FREUD, 1925[1924]/2006).

É então no rastro de um certo fracasso que Freud avança na cena analítica, bem onde Breuer, em suma, venceu, pois abandonou a psicanálise no momento em que as coisas começavam a se deteriorar. Evitou a transferência sexual, prova ineludível da etiologia sexual das neuroses. Esse acontecimento desagradável é o ponto de partida de Freud. Ele não recuou diante das consequências que a etiologia sexual da histeria acarreta (COTTET, 1989, p. 19).

Após a publicação do *Estudos* e passados alguns anos, Freud se pronunciou sobre o assunto perante várias sociedades médicas, mas só se defrontou com incredulidade e contradição. Quando se esforçou por obter o reconhecimento para a função sexual, a teoria psicanalítica foi tachada de pansexualismo. E quando deu ênfase à importância do papel desempenhado pelos primeiros anos da infância, Freud foi questionado sobre o porquê da psicanálise negar os fatores constitucionais e hereditários, coisa que ele jamais sonhara em fazer. Era um caso de

contradição a todo custo e por quaisquer métodos (FREUD, 1925[1924]/2006).

Outro ponto importante que empreendeu o estudo das perturbações nervosas para Freud foi que, como há tempo já vinha se decepcionando com o hipnotismo, alterou a técnica da catarse, substituindo-a por outro método. A fim de tornar consciente tudo o que se havia esquecido e que de alguma forma fora aflitivo, penoso e vergonhoso, a hipnose empregava esforços da parte do próprio paciente com o propósito de forçá-lo a recordar-se. Porém o que não se sabia era que isso aumentava em proporção direta com a dificuldade que o conteúdo tinha para ser lembrado (FREUD, 1925[1924]/2006). “O dispêndio de força por parte do médico era evidentemente na medida de uma resistência por parte do paciente” (FREUD, 1925[1924]/2006, p. 35). Nesse momento, Freud se deparou com a teoria do recalque⁴.

“A teoria do recalque tornou-se a pedra angular da compreensão das neuroses” (FREUD, 1925[1924]/2006, p. 36). Esse ponto de vista exigia outra maneira a ser adotada, no que concerne à tarefa da análise: seu objetivo não era mais *ab-reagir* um afeto que se desencaminhara, mas revelar o conteúdo recalcado. Desse modo, Freud abandona o método catártico, substituindo-o pela transferência. Afirmar que muitas das operações mentais são inconscientes e a psicanálise através do estudo do recalque foi obrigada a levar a sério o conceito de inconsciente. Essa ligação entre inconsciente e recalque data dos primeiros tempos da teorização de Freud. “Freud inicia seus estudos, que foram chamados, depois, de pré-psicanalíticos, ainda que já provocassem essas resistências, pois já traziam a ideia de que as raízes da sexualidade constituem a realidade do inconsciente” (REMOR, 2008, p. 16).

O termo psicanálise foi usado por Freud pela primeira vez em 1896, mas desde antes, sob a influência de Breuer ele vinha trabalhando na direção da psicanálise, passando da hipnose para o tratamento catártico e depois para a transferência, através da fala. Muito mais tarde, em seu texto *Dois verbetes de enciclopédia* (1923[1922]/2006),

⁴Nesta pesquisa utilizarei a tradução do *Verdrängung* por recalque (TAVARES, P. H. *Versões de Freud*. Rio de Janeiro: 7Letras, 2011, p. 87-88). Os tradutores ingleses de Freud traduzem geralmente *Verdrängung* por *repression*. A razão disso é que o termo repressão está contaminado pela ideia da repressão social e policial, algo que surge de fora para dentro, enquanto o conceito freudiano se refere especificamente a um ato psíquico.

descreve a psicanálise de três modos: o nome de um procedimento para investigação de processos psíquicos que são quase inacessíveis por qualquer outro modo; um método para o tratamento de distúrbios neuróticos; e um campo de conhecimento obtido ao longo dessas linhas.

Com a manifestação da resistência, estabelece-se a tarefa de superá-la, incluindo assim, no trabalho de análise, a arte de interpretação. Esse método é mais vantajoso pois garante que nenhum fator da estrutura da neurose seja desprezado e que nada seja introduzido nela pelas expectativas do analista, deixando que o paciente determine o curso da análise e a ordem do material que aparece em diferentes tempos e pontos na análise. O paciente não é mais impelido a dizer algo sobre algum assunto específico, mas convocado a entregar-se a um processo de associação-livre, isto é, dizendo o que lhe vem à cabeça, sem dar qualquer orientação consciente a seus pensamentos. Esse método teve resultados surpreendentes, levando até à consciência o material recalçado que era retido por resistências (FREUD, 1925[1924]/2006).

Com a invenção da técnica da associação-livre é que se inicia a história da psicanálise propriamente dita. A nova técnica consiste em ensinar ao paciente a abandonar toda a sua atitude crítica e fazer uso do material que era então trazido à luz para o fim de revelar as conexões que estavam sendo buscadas. Inicia-se a análise pedindo ao paciente que comunique o tempo inteiro a superfície de sua consciência com honestidade, não retendo nenhuma ideia, mesmo que a sinta como muito desagradável, absurda, sem importância ou irrelevante. Descobre-se que justamente as ideias que provocam as reações por último mencionadas são as que tem valor específico para a descoberta do material esquecido (FREUD, 1923[1922]/2006).

As associações do paciente surgiam como insinuações a um tema específico, e ao analista só era necessário adiantar um passo a fim de adivinhar o material que estava oculto ao próprio paciente, e para poder comunicá-lo. Assim Freud recomendava ao analista adotar um estado de atenção imparcialmente suspensa; não tentando fixar particularmente coisa alguma que lhe viesse na memória e, por esses meios, apreender o curso do inconsciente. Tal atitude é ainda empregada nos dias de hoje da mesma maneira nas análises (FREUD, 1923[1922]/2006).

Através de reconstruções extremamente pessoais, combinadas com sua experiência clínica, Freud, no final dos anos de 1890, procurou esboçar as linhas gerais do psiquismo, inventando as regras à medida que avançava; haja vista que não havia precedentes nem mestres para tal empreendimento, a não ser que pensemos no seu próprio desejo – seu

mestre foi seu próprio desejo. Ao substituir a hipnose pelo método da associação-livre, adotou a interpretação dos sonhos como os prenúncios da inovação técnica. Os sonhos mostravam um sentido e os sintomas também, daí sua analogia aos sintomas. Assim, confirmavam a hipótese de que uma neurose tinha de tornar-se compreensível pela análise (FREUD, 1914/2006).

Nessa época Freud definia seu trabalho como árduo, mas ao mesmo tempo estimulante e frustrante. A resistência que seus pacientes lhe ensinaram estava sendo sentida em si nesse momento. Sua clínica não andava bem, no entanto, mantinha a convicção de que se esperasse e continuasse a analisar, materiais soterrados viriam à superfície. “O fato é que a história da psicanálise propõe a questão da resistência de Freud à sua própria descoberta” (COTTET, 1989, p. 19). Sabemos hoje que o tamanho da resistência é o mesmo que o do desejo.

Algumas de suas ideias eram prenunciadas sem um reconhecimento pleno de toda a sua importância e remontam a pesquisas e observações clínicas do começo dos anos 1890. Entretanto, Freud transforma sua teoria, durante mais de trinta anos aperfeiçoando a técnica e modificando suas teorias das pulsões. Na época em que publicou a *Interpretação dos Sonhos*, no final de 1899, os princípios da psicanálise já estavam estabelecidos (GAY, 2008).

Por mais de dez anos, após seu afastamento de Breuer, Freud não teve seguidores, ficando completamente isolado. Foi evitado em Viena, assim com no exterior, e quando *A Interpretação de Sonhos* veio à luz em 1900, mal foi objeto de críticas nas publicações técnicas, recebendo um desinteresse geral pelos círculos psiquiátricos de Viena (FREUD, 1925[1914]/2006). Em seis anos, foram vendidos apenas 351 exemplares. O sucesso de Freud somente chegou alguns anos depois, quando a interpretação começou a tomar seu lugar de ferramenta da psicanálise; ocupando o centro do pensamento psicanalítico. Como não se restringe aos sonhos, oferece também um levantamento das ideias psicanalíticas fundamentais, como por exemplo: o complexo de Édipo, o recalque, a luta entre desejo e defesa etc. (GAY, 2008). “Como Freud veio a crer, seu destino era realmente o de perturbar o sono da humanidade” (GAY, 2008, p. 21).

No final nos anos de 1890, com a morte de seu pai, o avanço de suas tentativas de análise e o ritmo mais acelerado de sua teorização psicanalítica, Freud assume riscos que à medida em que pareciam mais extremos, foram lhe abrindo caminhos, na compreensão das afecções mentais. Assim o trabalho sempre o restaurava. Nessa época, suas ideias

sobre a sexualidade, por muito tempo dispersas, estavam começando a constituir uma teoria abrangente. Escreve a Fliess que uma teoria da sexualidade podia vir a ser o sucessor do livro dos sonhos (GAY, 2008).

Freud chegou a mencionar, por volta de 1900, o medo da pobreza, mas ainda assim reunia coragem para persistir na escuta de seus analisantes. A preocupação financeira era só uma parte das razões para o desânimo. “Freud devia saber que a originalidade e o caráter chocante de suas ideias provocaram um silêncio consternado ou uma discordância escandalizada. O nascimento de sua ‘criança dos sonhos’ fora realmente difícil” (GAY, 2008, p. 137).

No ano de 1909 teve a primeira oportunidade de falar em público sobre a psicanálise, numa universidade norte-americana, e iniciou dizendo o seguinte: “a psicanálise é criação minha; durante dez anos fui a única pessoa que se interessou por ela, e todo o desagrado que o novo fenômeno despertou em meus contemporâneos desabou sobre a minha cabeça em forma de críticas” (FREUD, 1914/2006, p. 18). Ao pronunciar suas *Cinco lições da psicanálise* (1910[1909]), a psicanálise já havia se tornado uma parte valiosa da realidade, reconhecida por grande número de psiquiatras, assim como importante elemento nos estudos médicos. “Nessa época já havia público para a psicanálise, embora interessados não só em aprender sobre o novo método de tratamento, mas também em desacreditá-lo” (REMOR, 2008, p. 17).

Freud declarou que só não se tornou uma pessoa amargurada, porque a teoria psicanalítica o capacitava a compreender a atitude de seus contemporâneos, fazendo uma analogia com as premissas fundamentais do conceito de resistência que poderia aparecer em qualquer pessoa logo que alguma fonte externa a levasse a um confronto com o que fora recalçado. É notável quão incorretamente as pessoas agem quando são obrigadas a formar um julgamento próprio sobre algum novo assunto. Dessa forma Freud justifica essa rejeição às suas ideias como de origem emocional (FREUD, 1914/2006). Suspeita que o principal obstáculo estava também no fato de seus adversários considerarem a psicanálise como um produto da sua imaginação especulativa, e não estarem dispostos a crer no trabalho longo, paciente e imparcial que fora dedicado à sua elaboração. Visto que na opinião deles a análise nada tinha a ver com a observação ou a experiência (FREUD, 1925[1924]/2006).

Sobre o desenvolvimento da psicanálise, portanto, foram o êxito e o desejo de Freud nessa direção, que lhe permitiram perseverar. Acabou sacrificando sua crescente fama como médico para poder proceder a

uma investigação sistemática dos fatores sexuais em jogo na causação das neuroses de seu pacientes. Isso resultou num grande número de fatos novos que finalmente confirmaram sua convicção quanto à importância prática do fator sexual. Esperava que suas descobertas fossem bem recebidas pela ciência, uma vez que as considerava “contribuições normais”. Mas o silêncio provocado pelas suas comunicações e as insinuações que lhe foram dirigidas, fizeram-no compreender que as afirmações sobre o papel da sexualidade na etiologia das neuroses não soavam bem. Mas Freud não desistiu, resolvendo aceitar o destino que às vezes acompanha as grandes descobertas (FREUD, 1914/2006).

CAPÍTULO 2: FREUD – DESEJO DO ANALISTA

Seguindo a trajetória do capítulo anterior, onde se procurou decifrar questões que dizem respeito ao desejo de Freud na invenção da psicanálise, e tendo trabalhado no que interessa aos propósitos desta pesquisa, passarei agora a ocupar-me do Desejo do Analista em Freud, apresentando o modo como as histéricas fundaram a psicanálise e a maneira que estas proporcionaram a Freud o seu lugar.

Com o fito de compreender a construção da teoria, da técnica, do método, ou seja, da direção da análise – pontos que supostamente indicam o lugar do analista –, proponho neste capítulo continuar conduzindo a pesquisa em direção à teoria freudiana, passando por alguns temas originados da clínica com as histéricas, tais como: inconsciente, sexualidade e transferência.

2.1. DAS HISTÉRICAS AO LUGAR DO ANALISTA

Freud concentrou grande parte dos estudos na preocupação com a histeria, sob a orientação de Jean-Martin Charcot, que lhe forneceu um considerável número de seus pacientes, quando voltou a Viena em 1886. No ano seguinte, Freud escreveu uma carta a Fliess, dizendo que havia se atirado na hipnose, mas o caso *Anna O.* (caso de Breuer) ainda estava em sua mente e certificou: “vali-me da hipnose de outra maneira, independentemente da sugestão hipnótica, e essa outra maneira de que Freud falava era o método catártico” (STRACHEY, 1893-1895/2006, p. 15).

O histórico caso de Breuer – *Anna O.*, figura como fundador da psicanálise e o texto *Estudos sobre a histeria* (1893-1895), o ponto de partida da psicanálise, tendo relação com o seu desenvolvimento ulterior. No *Estudos*, conforme Cottet (1989) podemos arriscar-nos a ler o desejo de Freud a partir de sua demanda, pedindo às histéricas que lhe fale. Igualmente, no *Estudos* podemos ver como foi que os procedimentos técnicos descritos e as descobertas clínicas a que conduziram Freud, prepararam o terreno para a prática da psicanálise.

A psicanálise, para James Strachey, surgiu da invenção freudiana do primeiro instrumento para o exame científico da mente humana. Para esse autor “o desenvolvimento da psicanálise não é simplesmente a história de superação de uma série de obstáculos; é a história da descoberta de uma série de obstáculos a serem superados” (STRACHEY, 1893-1895/2006, p. 21). O primeiro seria a amnésia

característica das pacientes histéricas demonstrada pela paciente de Breuer, *Anna O.* Quando isso foi trazido à luz, imediatamente conduziu ao entendimento de que a mente manifesta do paciente não é a mente em sua totalidade, havendo por trás uma mente inconsciente, sendo necessário algum instrumento especial de tratamento para conhecê-la, que naquele momento seria a sugestão hipnótica (STRACHEY, 1893-1895/2006).

Anna O. foi uma paciente exemplar, trazendo descobertas importantíssimas para a psicanálise ao considerar a relevância da escuta analítica. A seguir, uma breve nota sobre o caso elucidará essa questão fundamental.

Após o pai de *Anna O.* morrer, seus sintomas se tornaram mais alarmantes do que antes, como exemplo: lapsos mentais, alucinações, dificuldade na fala etc. Ela contava a Breuer histórias tristes e fascinantes e, a partir disso os dois juntos descobriram que esse livre discorrer aliviava temporariamente seus sintomas. A paciente de Breuer referia-se a esse procedimento como a “cura pela palavra”, mostrando-se catártico à medida que desprezava lembranças importantes e dava vazão a emoções poderosas que ela havia sido incapaz de evocar ou expressar quando em seu estado normal (GAY, 2008). Ressalvando-se que essa vazão acontecia por meio do que Lacan chamou de articulação significante e Freud, de representacional, ou seja, por via da palavra.

Frau Emmy von N., atendida em 1889 e 1890 com a técnica hipnótica de Breuer, proporcionou a Freud uma lição prática. Quando era interrogada com insistência, ela se aborrecia, pedindo que Freud parasse de perguntar “de onde veio isso ou aquilo e que a deixasse contar o que ela tinha a dizer”. Aqui outro obstáculo se mostra para Freud, a dificuldade em adaptar-se a essa técnica e a ouvir tudo o que a paciente tinha a dizer, sem qualquer tentativa de interferir ou de levá-la a encurtar o relato. Por isso o tratamento da hipnose torna-se inútil e sem sentido, surgindo a técnica psicanalítica. Freud pode então se libertar de Breuer e a fala sem censuras lhe pareceu um meio de investigação muito superior, levando-o à adoção de um novo modo de tratamento, a chamada técnica da associação-livre. Logo Freud abandona a técnica da sugestão e passa a acreditar no curso de associações-livres (STRACHEY, 1893-1895/2006).

Outro caso clínico de Freud que resultou em frutíferas descobertas, foi o de *Elisabeth Von R.* descrito por ele como “a primeira análise integral de uma histeria” (STRACHEY, 1893-1895/2006, p. 18). Freud incentivava a paciente a fazer associações-livres, porém, durante

os silêncios dela, quando ele perguntava o que lhe passava na cabeça e ela respondia: nada, Freud se recusava a aceitar essa resposta. Assim rompia outro mecanismo importante: a resistência, isto é, a relutância em cooperar na própria cura. Era isso o que impedia *Elisabeth Von R.* de falar e que provocava seus sintomas, sendo que a única forma de se libertar de sua dor era falar (GAY, 2008).

Miss Lucy R. foi mais uma paciente de Freud que começou a tratar-se com ele em 1892. Freud continuou a usar a associação-livre e como um ouvinte ativo interpretava as confissões dos pacientes. A passividade alerta do psicanalista, que mais tarde chamaria de “atenção flutuante”, como corolário da associação-livre, ingressou nesse caso. Nessa época, Freud já pode esboçar as linhas gerais da técnica psicanalítica: associação-livre, atenção flutuante e interpretação (GAY, 2008).

Logo em seguida foi o caso de *Katharina*, mas, no intervalo entre 1889 e 1892 explica Strachey (1893-1895/2006), Freud certamente teve experiência com outros casos, como o da Srta. *Cäcilie M.*, porém devido a considerações pessoais não pode escrevê-los. Diante do exposto, percebemos que Freud fez do aprendizado clínico uma espécie de programa, tendo nas pacientes históricas suas instrutoras. No decorrer dos anos, os neuróticos ensinaram a Freud sobre a técnica psicanalítica e o significado dos sintomas, bem como o ouvir, que se tornou para ele um método para o conhecimento ao qual os pacientes lhe davam acesso (GAY, 2008).

Cottet (1989, p. 22) nos explica que “o corte que Freud realiza com o dispositivo de Charcot consiste em supor o saber no outro: é você quem sabe, e não eu já sabia”, nesse sentido pressupõe um saber do qual é o paciente que dispõe e um saber que não se sabe. A esse saber denomina-se inconsciente e, segundo Cottet (1989), é o que causa o desejo de Freud. Sem dúvida, Freud nada sabia além daquilo que suas pacientes podiam lhe ensinar, assim valorizou o lugar do analista como o daquele que sabe que não sabe.

No caso de *Elisabeth*, ao impor a ordem de dizer o que lhe ocorre sem críticas, Freud a interroga. No entanto, antecipa-se, declarando e interpretando que a paciente estava apaixonada pelo seu cunhado. Não se trata de uma confissão de *Elisabeth*, por isso rejeita suas explicações com muita raiva, e a intervenção de Freud ecoa aí como uma sugestão. Nesse caso, considera-se o efeito do que Freud chamará depois de contratransferência, quando força o amor de *Elisabeth* pelo cunhado. Por desconhecer nem tanto o que quer, mas de seu desejo, Freud adota

alguma intervenção um pouco precipitada numa procura pela cura (COTTET, 1989). Coisa que Freud mesmo critica, chamando alguns anos depois de *furor sanandi*. Ao analista compete controlar-se e não se deixar levar pela ideia de ter que curar o analisante, ou seja, “guiar-se pelas capacidades do analisante em vez de por seus próprios desejos” (FREUD, 1912/2006, p. 132).

O esquema de Freud era então o seguinte: utilizando-se do instrumento de pressão na testa, pede à paciente que lhe fale de algo, esta, por sua vez, evoca a ausência de qualquer lembrança patogênica, dando-lhe como resposta “não sei nada”. De acordo com Cottet (1989), o que Freud chama de resistência não é outra coisa senão a medida de sua decepção, e o que faz a histérica retroceder, em um movimento que pouco depois Freud qualificará de transferência negativa, é a proximidade de seu desejo. Há então uma estrutura que difere da sugestão.

Nessa época, Freud ainda ignorava a transferência, percebia que havia detenções nas associações e pressionava a testa. Do que não se dava conta era de que tal gesto funcionava como sugestão ou convite à resistência. “Freud não erra ao dizer que a transferência é um obstáculo que se confunde com a resistência. [...]. E o procedimento de pressão na testa talvez fosse um signo do desejo de Freud de descobrir um segredo” (COTTET, 1989, p. 26-27).

Com a transição da hipnose à associação-livre, Freud introduziu um novo procedimento que se distinguia radicalmente da sugestão, dado que não era mais proposto nenhum conteúdo representacional ao paciente. Tratava-se de aprender do paciente algo que não sabia e ignorava, visando fazer surgirem as lembranças capazes de dar uma continuidade ao discurso. Dessa forma, apreendia dos pacientes as cenas patogênicas esquecidas e esses passaram então a serem convidados por Freud a dizer não só o que sabiam, mas também e sobretudo o que não sabiam. Essa identificação do inconsciente com um saber que não se sabe, induziu a uma prática da cura que dirigia o paciente à revelação de um segredo. Sem dúvida, isso é o que melhor define a relação de Freud com a histeria, uma vez que é ele quem promete a revelação desse segredo que foi recalcado (COTTET, 1989).

Nesse sentido, no que tange ao desejo em Freud, parafraseando Cottet (1989), vimos que as históricas põem em cena, atualizam o Desejo do Analista ao revelar um saber que apenas elas possuem. Este autor também destaca o seguinte:

[...] tal desejo não é anterior à instalação do dispositivo; ele se revela como desejo inconsciente através das confissões e resistências dos pacientes. [...]. Esse momento de resistência é facilmente legível a partir da insistência de Freud em obter da histerica a lembrança de uma cena de sedução (COTTET, 1989, p. 28-29).

E assim, foi *Emmy Von N.* já cansada de Freud tanto lhe interrogar “de onde provinha isto ou aquilo”, quem disse rudemente que não era preciso que lhe perguntasse, colocando-o, conseqüentemente, em seu lugar. E é daí que surge um lugar – o do analista –, lugar este que Freud então, não inventara, mas reconheceu. Portanto, “ao ensinar-lhe a calar-se, *Emmy Von N.* indica – evidentemente sem saber – o motor dessa curiosidade indiscreta e insaciável: o desejo freudiano, por ele mesmo ignorado” (COTTET, 1989, p. 29).

2.2. FREUD – SEXUALIDADE – HISTERIA

Foi no *Estudos sobre a histeria* (1893-1895) que Freud então formulou algumas teses sobre a origem dos sintomas histéricos e sobre os processos psíquicos que ocorrem na histeria. Daí em diante, a causa deixou de ser a hereditariedade, como afirmava Charcot, porém este não esperava que das histórias fossem surgir conteúdos cujo componente sexual desempenhasse um papel preponderante. O pacto entre histeria e sexualidade estava selado, mas Charcot o recusa. Já para Freud este se transformara em ponto de partida e núcleo de investigação, pois aquilo que havia por trás dos sintomas neuróticos era uma excitação de caráter sexual e conflitivo (GARCIA-ROZA, 2007).

Isso sucedeu da seguinte maneira: quando Freud abandona a hipnose e solicita a seus pacientes que procurassem se lembrar do fato traumático que poderia ter causado os sintomas, verifica que tanto sua insistência quanto os esforços do paciente esbarravam em uma resistência. Assim chegou à conclusão de que todas essas ideias eram de natureza aflitiva, capazes de despertar emoções de vergonha, de autocensura e de mal-estar. A defesa aparece como uma forma de censura por parte do Eu⁵ do paciente à ideia ameaçadora, forçando-a a

⁵ No dicionário de psicanálise elaborado por Laplanche e Pontalis (2001), assim como para outros editores da obra de Freud, em vez de ego utiliza-se Eu com maiúscula por se tratar de instância psíquica e, juntamente com o Supereu e o

manter-se fora da consciência; e a resistência era o sinal dessa defesa (GARCIA-ROZA, 2007).

Notamos até aqui que a sexualidade está presente desde o *Estudos* (1893-1895), e o caso *Anna O.* pode ser considerado o lugar de entrada em cena da sexualidade, apesar da resistência oferecida por Breuer. Essa divergência entre Freud e Breuer e seus contemporâneos já podia ser percebida mesmo antes, no artigo que publicara entre a *Comunicação preliminar* (1893) e o *Estudos* (1895), denominado de *As psiconeuroses de defesa* (1894), no qual embora a noção de defesa já tivesse sido lançada é nele que o problema é tratado de maneira mais extensa. O que havia escapado de Breuer e rejeitado por este era o componente sexual que havia estado presente o tempo todo na sua relação com *Anna O.* Quando esse fato se tornou irrecusável, Breuer abandonou o caso (GARCIA-ROZA, 2007). “Nesse momento, para Freud, Breuer deixou cair a chave que poderia decifrar o grande segredo oculto das neuroses” (GARCIA-ROZA, 2007, p. 40).

O que impossibilitou Breuer de continuar recebendo em consultas *Anna O.*, comenta Garcia-Roza (2007), foi o fenômeno da transferência que nesse momento ainda não fora construído. O fato de Breuer ter recuado, quando a transferência de amor se instalou, demonstra um desconhecimento do Desejo do Analista que deve existir na relação entre analista e analisante, o que hoje sabemos ser fundamental para que haja a transferência. Passados alguns anos, Freud comenta que se dependesse do *Estudos* (1895), a importância concedida à sexualidade na etiologia das neuroses seria ínfima.

Ao ir além de Breuer, quem lhe possibilitou descobrir que há um traumatismo de ordem psíquica, Freud descobre que esse traumatismo psíquico, como fator causal da histeria, é uma experiência sexual

Isso, pertence à segunda tópica freudiana. Para Laplanche e Pontalis, do ponto de vista tópico, o Eu está numa relação de dependência tanto para com as reivindicações do Isso, como para com os imperativos do Supereu e exigências da realidade. Do ponto de vista dinâmico, o Eu representa eminentemente, no conflito neurótico, o polo defensivo; pondo em jogo uma série de mecanismos de defesa, estes motivados pela percepção de um afeto desagradável. Do ponto de vista econômico, o Eu surge como um fator de ligação dos processos psíquicos; mas nas operações defensivas, as tentativas de ligação da energia pulsional são contaminadas pelas características que especificam o processo primário: assumem um aspecto compulsivo e repetitivo (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 124).

prematura que surpreendeu o sujeito. A descoberta de Freud seria de que a criança tem uma sexualidade e que os relatos posteriores de sedução pelo pai ocorrem no lugar das lembranças recalcadas de uma atividade sexual autoerótica. A histeria não passa, portanto, de um infantilismo da sexualidade humana e das fantasias de desejo edipiano (incesto e parricídio). E isso decorre do fato de que a sexualidade é traumática em si mesma (KAUFMANN, 1996). “A confissão que as histéricas farão a Freud, confissão cujo nome é sedução, trauma, mau encontro, o terror produzido pela sexualidade é sussurrado a Freud como resposta a seu desejo” (COTTET, 1989, p. 28-29).

É fato que nessa etapa Freud não dispunha ainda do conceito de inconsciente e que a ideia de uma sexualidade infantil estava apenas se iniciando. O primeiro é produzido em *A interpretação dos sonhos* (1900), e a sexualidade infantil será desenvolvida apenas nos *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905), apesar de já apresentar indícios em *A interpretação*. Os *Três ensaios* falam da pré-história da sexualidade, oferecendo a Freud os elementos indispensáveis para a compreensão do Édipo, ainda que de modo muito incipiente (GARCIA-ROZA, 2007). Quando entra em cena a sexualidade, a descoberta freudiana passa a se apoiar fundamentalmente na noção de inconsciente, e este quer dizer que “se é guiado por palavras de que não se entende nada, mas nas quais a sexualidade está inteiramente capturada” (KAUFMANN, 1996, p. 247).

Alguns anos mais tarde, Freud (1905[1901]/2006) ainda estava às voltas em desvendar a etiologia da histeria, tentando entender se essa se encontra na vida psicosssexual e se os sintomas histéricos manifestam os desejos recalcados. Propõe-se a fundamentar as causas da histeria no texto que denominou de *Fragmento da análise de um caso de histeria*⁶ (Caso Dora) (1905[1901]), mediante a publicação do relato de um caso clínico e de seu tratamento. Esse caso clínico (caso *Dora*,⁷ como ficou

⁶ FREUD, Sigmund. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. VII, 2006.

⁷ Síntese das palavras de Freud sobre o caso Dora: O círculo familiar de *Dora* incluía seus pais e um irmão, um ano e meio mais velho que ela. O pai era a pessoa dominante desse círculo, que fornecera o suporte sobre o qual se erigiu a história infantil e patológica da paciente. A filha era muito apegada a ele e isso aumentava em virtude das muitas e graves doenças de que padecera o pai desde que ela tinha seis anos de idade. O pai me conhecia e foi ele quem me apresentou *Dora* para tratamento psíquico, quando esta estava com dezoito anos

de idade. Nessa época, seu pai já beirava 50 e ficara tuberculoso. Isso ocasionara a mudança da família para uma cidade de clima propício que chamei de – B, este lugar continuou a ser nos 10 anos seguintes a residência principal tanto dos pais quanto dos filhos. Sobre a mãe de *Dora*, não a conheci, mas através das comunicações de minha paciente e de seu pai fui levado a imaginá-la como uma mulher inculta, fútil, que, a partir da doença e do consequente distanciamento de seu marido, concentrara todos os seus interesses nos assuntos domésticos. As relações entre mãe e filha eram muito inamistosas havia vários anos. A filha menosprezava a mãe, criticava-a duramente e se subtraía por completo de sua influência. Em épocas anteriores, o único irmão da moça fora o modelo que ela ambicionara seguir. Nos últimos anos, porém, as relações entre ambos tornou-se mais distante. O rapaz procurava afastar-se o máximo possível das discussões da família, mas quando se via obrigado a tomar partido, apoiava a mãe. Assim, a costumeira atração sexual aproximara pai e filha, de um lado, e mãe e filho, de outro. O pai de *Dora* contara a Freud que ele e a família tinham feito uma amizade íntima em B – com um casal ali radicado já há muitos anos, Sr. e Sra. K. Esta cuidara dele durante sua longa enfermidade. O Sr. K. sempre fora extremamente amável com sua filha, *Dora*, levando-a a passear com ele quando estava em B – e dando-lhe pequenos presentes, mas ninguém via nenhum mal nisso. *Dora* tratava com o mais extremo cuidado os dois filhinhos dos K., dedicando-lhes uma atenção quase maternal. Quando *Dora* fora consultar-se com Freud estava prestes a viajar com seu pai para ir ao encontro do Sr. e da Sra. K. Nessa época *Dora* conta a sua mãe que o Sr. K. tivera a audácia de lhe fazer uma proposta amorosa, durante uma caminhada depois de um passeio pelo lago. Mas o acusado negou qualquer atitude de sua parte que pudesse ter dado margem a essa interpretação, levantando suspeitas sobre *Dora*, pois a mesma mostrava interesse pelos assuntos sexuais e provavelmente excitada por tais leitura, teria imaginado toda a cena que descreveu. O pai de *Dora* disse que há dúvidas que o Sr. K. esteja certo sobre o incidentes e atitudes de *Dora*. Seu pai também relatara que esta vivia insistindo que ele rompesse relações com a Sra. K., a quem antes possivelmente venerava. Superadas as primeiras dificuldades do tratamento, *Dora* me comunicou uma experiência anterior que teve com o Sr. K., quando estava com 14 anos. O Sr. K. combinou com *Dora* e sua esposa que fossem encontrá-lo em sua loja para assistirem a um festival religioso, mas ele acabou induzindo a esposa a ficar em casa, despachando os empregados e ficando sozinho. Quando *Dora* chegou à loja, estava sozinho, e ao invés de sair da loja, voltou e subitamente abraçou e beijou *Dora* nos lábios, sendo esta a primeira sensação de excitação sexual, mas *Dora* sentiu no momento uma violenta repugnância. Mesmo assim a relação com o Sr. K. prosseguiu e nenhum dos dois jamais mencionou esta cena. É preciso dizer que houve um deslocamento de sensação e *Dora* foi tomada por uma sensação de desprazer. A repugnância que *Dora* sentiu nessa ocasião não se tornou um sintoma permanente, por outro lado a cena lhe deixou continuar sentindo na parte superior do corpo a pressão daquele abraço. Vale ressaltar três sintomas

conhecido na literatura psicanalítica) só foi publicado em 1905, embora sua maior parte tenha sido escrita em 1901 (STRACHEY, 1905[1901]/2006). Uma ressalva aqui deve ser feita a de que não irei adentrar nos pormenores desse caso clínico, só irei abordar aquilo que é de interesse para esta pesquisa.

O que Freud (1905[1901]/2006) pretendia nessa época era despertar interesse numa série de situações que a ciência mesmo nos dias de hoje não considera totalmente, empenhando-se em mostrar que a sexualidade fornece a força impulsora para cada sintoma singular e que “é a chave do problema das psiconeuroses”. Outro ponto que lhe interessava seria mostrar de que forma a interpretação dos sonhos se insere no trabalho de análise, visto que, ao trazer à baila a análise dos sonhos, adquiriu um novo recurso técnico – o da interpretação, e suas consequentes descobertas da sexualidade infantil e do complexo de Édipo (FREUD, 1905[1901]/2006).

A *Interpretação dos sonhos* (1900) também apareceu no caso *Dora*, mostrando sua história e como se pode preencher as amnésias e elucidar os sintomas (FREUD, 1905[1901]/2006). Assim, afirma que “o aprofundamento nos problemas do sonho é um pré-requisito indispensável para a compreensão dos processos psíquicos da histeria” (FREUD, 1905[1901]/2006, p. 22). Em consequência de o deciframento dos sonhos permitir isolar a sobredeterminação do texto, e em outro momento fazer a pluralidade de sentidos coincidir com as diferentes fantasias inconscientes que o sustentam, mas tudo isso ocorre somente por meio da associação-livre, o que não aconteceu com *Dora*. Pois, apesar de Freud, nesse caso, não fazer da análise do sintoma a meta da análise, o trabalho partia dos sintomas e a finalidade era de resolvê-los

em *Dora*: a repugnância, a sensação de pressão na parte superior do corpo e evitar mencionar os homens em conversa afetuosa. Quando estavam em B, o pai de *Dora* visitara todos os dias a Sra. K, em determinado horário, preferencialmente, aquele em que seu marido estava na loja, dando grandes presentes a Sra. K. Assim *Dora* atribuía ter sido entregue ao Sr. K., e as censuras de *Dora* a seu pai estavam revestidas de autocensuras de conteúdo idêntico. *Dora* tinha razão em achar que seu pai não queria esclarecer o comportamento do Sr. K. em relação a ela para não ser molestado em seu próprio relacionamento com a Sra. K. Mas *Dora* fizera precisamente a mesma coisa. Essa projeção da censura em *Dora* torna-se manifesta como processo de formação de sintomas. A outra censura, em que as doenças do pai eram criadas como um pretexto e exploradas em proveito próprio, coincide porém como todo um fragmento de sua própria história (FREUD, 1905[1901]/2006, p. 29 – 45).

um por um. Posteriormente, abandona essa técnica e a substitui por deixar que o próprio paciente escolha o tema, tomando como ponto de partida a superfície que seu inconsciente oferece à sua atenção (COTTET, 1989).

Portanto o sonho chega como a cena sobre a qual se inscrevem simultaneamente todas as camadas de significações. Aqui Cottet (1989) nos chama a atenção para a função do significante, dada a capacidade que este tem de servir para o equívoco, para o duplo sentido. “O uso que dele faz o inconsciente fixa seu sentido”. Assim, é através dos significantes que Freud agrupa os materiais que vão desenhar a figura da fantasia, as cadeias significantes que constituem sua matéria. A partir dessa ideia, reconhece-se a novidade do sintoma que significa a representação de uma fantasia de conteúdo sexual, isto é, de uma situação sexual. Em vista dessa ligação do sintoma à fantasia, o sonho considerado via régia para o inconsciente se torna o melhor caminho para seu deciframento, ou seja, se o sintoma pode ser decifrado como um sonho, é só porque possui vários sentidos (COTTET, 1989).

É, portanto, na perspectiva da histeria como defesa contra a sexualidade que a técnica de Freud deve ser considerada, reconhecendo-se o interesse no esclarecimento da relação dos sintomas com a estrutura. Nessa época, Freud ainda estava muito envolvido com a técnica que se apresentava de maneira obscura, embora lhe mostrasse o erro que havia na sugestão. Outrossim, Cottet (1989) sugere que Freud, no caso *Dora*, procurava pôr em evidência a determinação dos sintomas para que a técnica do trabalho analítico fosse clareada. A partir daí, emergem algumas das bases para Freud e Lacan fundamentarem o conceito de direção da análise, assim como do lugar do analista.

2.3. FREUD – TRANSFERÊNCIA

A meta de Freud, com *Dora* era a decifração do sintoma. Em vista disso foi levantada a hipótese da transferência como obstáculo, entretanto, revelou-se também como instrumento fundamental da técnica psicanalítica (STRACHEY, 1893-95/2006). O objetivo de Freud com esse caso seria mostrar o mecanismo da neurose e da mesma maneira o que determinava os sintomas. Contudo a técnica ainda não conseguiu ser revelada, pois a transferência, fator que só apareceu no final do caso, acabou encurtando assim a análise (FREUD, 1905[1901]/2006). Tratarei de esclarecer o fato de que esse obstáculo à transferência esteve relacionado ao lugar ocupado por Freud na transferência. Depois,

quando *Dora* desiste da análise, Freud chega à concepção de que a transferência é uma exigência indispensável, porém ocorre que essa parte do trabalho para ele é a mais complicada, conforme expressa:

Interpretar os sonhos, extrair das associações do enfermo os pensamentos inconscientes são fáceis de aprender: o próprio doente sempre fornece o texto para elas. [...] Já na transferência é diferente e se tem de apurar a partir de indícios ínfimos e sem incorrer em arbitrariedades. Já que é utilizada para produzir todos os empecilhos que tornam o material inacessível ao tratamento. [...] O tratamento psicanalítico não cria a transferência, mas simplesmente a revela. Na psicanálise, de acordo com sua colocação diferenciada dos motivos, despertam-se todas as moções (do paciente), tanto as ternas e amistosas quanto as hostis; mediante sua conscientização elas são aproveitadas para fins de análise, e com isso a transferência é repetidamente aniquilada. A transferência, destinada a constituir o maior obstáculo à psicanálise, converte-se em sua mais poderosa aliada quando se consegue detectá-la a cada surgimento e traduzi-la para o paciente (FREUD, 1905[1901]/2006, p. 112).

Usando o conceito freudiano de castração, ao invés de considerá-la como limite, Freud trabalha sobre esse fracasso da análise de *Dora*, de modo que esse caso se tornou um clássico exemplar, mostrando que, mesmo o fracasso pode dar lugar ao aprendizado. Disso resultou a concepção de que a castração, mesmo tomada como limite, não é apenas restrição. Igual conclusão se estende ao conceito freudiano de transferência e lacaniano de lugar do analista.

Em sua primeira publicação dedicada explicitamente à transferência, no escrito *Intervenção sobre a transferência*, Lacan (1951/1998) indica o caso *Dora* para fundamentar a transferência, certificando que representa o primeiro caso no qual Freud reconheceu que o analista tem a sua função. “A psicanálise é uma experiência dialética, e essa noção deve prevalecer quando se formula a questão da natureza da transferência” (LACAN, 1951/1998, p. 224).

Lacan (1951/1998) desenvolveu uma análise da transferência de *Dora* em termos de inversões, visto que foi a primeira vez que Freud

falou do termo transferência como o conceito do obstáculo com o qual a análise veio chocar-se. “A transferência, por si só, confere um valor de retorno às origens ao exame que empreendemos das relações dialéticas que constituíram o momento do fracasso” (LACAN, 1951/1998, p. 217). E por aí então que tentará, nesse escrito, definir em termos de dialética, a transferência chamada negativa no sujeito, como sendo uma operação do analista que a interpreta (LACAN, 1951/1998).

À transferência negativa, é-se mais prudente, mais temperado, à medida que se tem de evocá-la, e não se a identifica jamais com o ódio. Emprega-se antes o termo ambivalência, termo que, mais que o primeiro, mascara muitas coisas, coisas confusas cuja manipulação não é sempre adequada. Diremos que a transferência positiva é quando aquele de quem se trata, o analista no caso, pois bem, a gente o tem em boa consideração (LACAN, 1964/2008, p. 124).

Aqui iremos nos ater à terceira inversão dialética do caso de Freud, apontada por Lacan (1951/1998) como aquela que fornece o que é a Sra. K. para *Dora*. “O valor da Sra. K para *Dora* não é o de um indivíduo, mas o de um mistério, o mistério de sua própria feminilidade” (LACAN, 1951/1998, p. 220).

Se Freud houvesse orientado *Dora* para o reconhecimento do que era para ela a Sra. K., obtendo a confissão dos seus segredos e de sua relação com ela, possivelmente *Dora* não teria interrompido sua análise. Mas não foi assim que ocorreu, Freud atribuiu seu erro à ação da transferência – contratransferência –, e essa falha foi fatal para a análise (LACAN, 1951/1998). “Foi isso que o fez adiar a interpretação, embora, como se pode constatar a posteriori, já não dispusesse de mais do que duas horas para evitar seus efeitos” (LACAN, 1951/1998, p. 222), pois, rapidamente *Dora* desistiu da análise. Foi somente através da transferência que Freud pode esclarecer as particularidades da análise de *Dora*.

Ao situar-se um pouco a mais no lugar do Sr. K., ao ponto de haver se colocado como pessoa, que Freud erra com esse caso, precipitando o fim do mesmo. Com sua contratransferência Freud insiste com *Dora* no amor que o Sr. K. inspiraria nela. Lacan faz uma leitura de que “esse momento é pouco significativo, já que comumente traduz um erro do analista, nem que seja o de querer demais o bem do paciente,

cujo perigo o próprio Freud muitas vezes denunciou” (LACAN, 1951/1998, p. 225). *Dora* está identificada com o Sr. K., de modo que pode também identificar-se com o próprio Freud que se situou no lugar do Sr. K (LACAN, 1951/1998).

É a Sra. K. que *Dora* aprecia, mas do ponto de vista do Sr. K., assumindo aí o papel do homem voltado para a Sra. K. Assim se situa na posição do terceiro e não na posição de objeto, como Freud supôs equivocadamente (KAUFMANN, 1996). “Toda vez, na histeria há identificação narcísica com um terceiro masculino para nele reconhecer seu próprio desejo enquanto desejo do desejo de uma mulher” (KAUFMANN, 1996, p. 249).

A genialidade de Freud foi com relação à origem dessa triangulação ao ter designado no Édipo o lugar desse terceiro masculino: o do pai do sujeito. Toda criança, no momento do declínio do Édipo, se volta para um pai; o pai ideal, onipotente que possui o falo e pode dá-lo. Mas o histérico sabe que não há um pai assim. Quer se trate de *Anna O.*, de *Emmy*, de *Dora* ou das outras mulheres que Freud escutou, há sempre a suposta impotência do pai (KAUFMANN, 1996).

Quando Freud tenta dar uma explicação sobre o porquê do seu erro nesse caso, reconhece que durante muito tempo na sua doutrina não pode se deparar com uma tendência homossexual fantasmática em seus pacientes, algo que depois diz ser tão constante nas histéricas. Reconhece “a sua apreciação insuficiente do vínculo que unia *Dora* à Sra. K, decorrendo de um preconceito de que meninos estão feitos para meninas, e meninas estão feitas para meninos” (LACAN, 1951/1998, p. 222). Podemos dizer que isso constitui o ponto de tropeço da análise. Pois o que Freud desconheceu seria a distinção que fará mais tarde entre objeto de amor e objeto de identificação (COTTET, 1989). Freud registra e reconhece tal erro numa das notas de rodapé na última seção do Posfácio:

Quanto mais me vou afastando no tempo do término dessa análise, mais provável parece que meu erro técnico tenha consistido na seguinte omissão: deixei de descobrir a tempo e de comunicar à doente que a moção amorosa homossexual pela Sra. K. era a mais forte das correntes inconscientes de sua vida anímica. Eu deveria ter conjecturado que nenhuma outra pessoa poderia ser a fonte principal dos conhecimentos de *Dora* sobre coisas sexuais

senão a Sra. K. Eu deveria ter tratado de decifrar esse enigma e buscado o motivo desse estranho recalçamento. Antes de reconhecer a importância da corrente homossexual nos psiconeuróticos, fiquei muitas vezes atrapalhado ou completamente desorientado no tratamento de certos casos (FREUD, 1905[1901]/2006, p. 114).

A escassez de opinião da conexão apontada como homossexual e o erro cometido quanto à natureza da transferência são uma única coisa. Em linhas gerais, o desconhecimento por Freud do desejo da histérica expõe a razão de sua contratransferência, forçando o apelo do amor sobre o objeto da identificação (COTTET, 1989). É possível considerar, no caso referido, a transferência como uma entidade inteiramente relativa à contratransferência, ressalta Lacan (1951/1998).

Freud irá esclarecer a distinção entre ambas identificações mais tarde, e segundo Lacan foi preciso o capítulo VII da *Psicologia das massas e análise do eu* para que Freud distinguisse um terceiro modo de identificação, “condicionado por sua função de sustentação do desejo e especificado, portanto, pela indiferença de seu objeto” (LACAN, 1958/1998, p. 646). Nesse texto, Freud (1921/2006) define a identificação como a expressão de um laço emocional com outra pessoa. Também assinala que nas identificações, o Eu às vezes copia a pessoa que não é amada e, outras, a que é. Mas em ambos os casos a identificação é parcial, tomando emprestado apenas um traço isolado da pessoa que é objeto dela. E sobre os três modos de identificação, assim os resume:

O primeiro, a identificação constitui a forma original de laço emocional com um objeto; o segundo, de maneira regressiva, ela se torna sucedâneo para uma vinculação de objeto libidinal, por meio de introjeção do objeto no Eu; e, o terceiro, pode surgir com qualquer nova percepção de uma qualidade comum partilhada com alguma outra pessoa que não é um objeto de pulsão sexual. Quanto mais importante essa qualidade comum é, mais bem-sucedida pode tornar-se essa identificação parcial, podendo representar assim o início de um novo laço (FREUD, 1921/2006, p. 117).

A fala da histérica pode estar relacionada com o desejo de Freud, o que o leva a inverter os termos dessa relação. Com o desejo de Freud de convencer *Dora* de sua paixão pelo *Sr. K.*, a modulação da transferência pode ser decifrada a partir da contratransferência de Freud. Supõe-se então que o desejo do sujeito Freud apareça como idêntico à interpretação que faz da transferência, obstáculo pelo qual a análise se interrompera (COTTET, 1989). Dado que, conforme Lacan:

A transferência é a soma dos preconceitos, das paixões, dos embaraços e até mesmo da informação insuficiente do analista num dado momento do processo dialético. [...] Quando os preconceitos do analista (isto é, sua contratransferência, termo cujo emprego correto, em nossa opinião, não poderia estender-se além das razões dialéticas do erro) o extraviaram em sua intervenção, ele paga imediatamente seu preço mediante uma transferência negativa (LACAN, 1951/1998, p. 224).

A inovação no ensino de Lacan é que somente a partir do lugar do Desejo do Analista se pode interrogar a transferência, pois é somente desse desejo que virá ou não um sentido para a transferência. “Ademais o termo Desejo do Analista se refere a uma disparidade subjetiva que constitui um obstáculo à intersubjetividade, à qual a noção de contratransferência faz um apelo” (KAUFMANN, 1996, p. 550).

2.4. FREUD – TRANSFERÊNCIA – RESISTÊNCIA

No Seminário, livro 1 – *Os escritos técnicos de Freud*, Lacan (1953-1954/1986) assinala que Freud ao tratar *Dora* fica no plano do que ele mesmo chama de resistência, uma vez que faz intervir seu Eu. Desse modo, para Cottet (1989), impede *Dora* de reconhecer na Sra. K. o objeto de seu desejo, situando-se no lugar de amo da verdade. O que deu lugar à ideia de que, para Lacan, a contratransferência é um conceito diretamente ligado ao erro técnico e/ou à resistência por parte do analista.

As noções de resistência em Freud são extremamente antigas, afirma Lacan (1953-1954/1986). Dado que, “desde as primeiras pesquisas de Freud, a resistência está ligada à noção de Eu, e a contratransferência nada mais é do que a função do Eu do analista,

podendo ser chamada de a soma dos preconceitos do analista” (LACAN, 1953-1954/1986, p. 34). Este autor menciona o capítulo sete de *A interpretação dos Sonhos* (1900), onde Freud deu a primeira definição da noção de resistência, sendo traduzida do alemão para o português como: “tudo o que destrói a continuação do trabalho é uma resistência”, isto é, “tudo o que suspende/destrói/interrompe a continuidade da análise é uma resistência”, propõe Lacan (1953-1954/1986, p. 46).

Podemos pensar então que a análise de *Dora* foi dirigida de uma maneira como: “[...] de Eu para Eu, ou de igual para igual, ou dito de outra forma, uma interpretação cujo fundamento e mecanismo não podem ser distinguidos em nada do da projeção” (LACAN, 1953-1954/1986, p. 44). Freud atribuiu um lugar simbólico à relação com o Sr. K., quando de fato se confirmou que ele representava o Eu de *Dora* e que o objeto de seu desejo era a Sra. K. (KAUFMANN, 1996).

No estilo de intervenção que Freud utiliza com *Dora*, é notável que o que põe obstáculos à transferência positiva é a interpretação, já que esta favorece a relação dual, querendo pôr *Dora* no bom caminho, Freud lhe proporciona apenas uma nova oportunidade de aticar seu desejo de vingança contra os homens, consequência da alienação narcísica, isto é, de sua identificação com o Sr. K. e com Freud. A transferência negativa, então, é efeito da interpretação da transferência, e relativa a essa interpretação (COTTET, 1989, p. 48).

Para esclarecer esse ponto do caso de Freud, trago Cottet (1989, p. 46) que apresenta uma afirmação de Lacan do Seminário, livro 11, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964) em que “o desejo é em suma, a própria interpretação”; assim podemos pensar que no caso *Dora*, o desejo do sujeito Freud foi confundido com o desejo freudiano, coincidindo com sua interpretação para *Dora*.

Dessa maneira, a resistência seria então engendrada na prática, e é isso que Lacan (1958/1998) quer dar a entender quando afirma, no seu escrito *A direção do tratamento e os princípios de seu poder* (1958), que “não há outra resistência à análise senão a do próprio analista” (LACAN, 1958/1998, p. 601), permitindo tal hipótese supor que a relação de transferência foi abalada. “A resistência é então falsamente imputada por Freud a *Dora*, pois ele desconhece sua própria resistência”

(COTTET, 1989, p. 47). A transferência negativa por parte do sujeito não seria nada além do que uma resistência à sugestão, aquilo que irá motivar a análise das resistências. A transferência negativa se mostra como um obstáculo, “revelando o lugar em que Freud se colocou: o mestre do desejo, em concorrência com um saber sobre o sexo que *Dora* detém” (COTTET, 1989, p. 51).

“A resistência do sujeito, quando se opõe à sugestão, é apenas desejo de manter seu desejo” (LACAN, 1958/1998, p. 642). Com isso Lacan quer dizer que a transferência sozinha já é análise da sugestão, fazendo relação com a transferência positiva, já que é o desejo que mantém a direção da análise.

Vimos que Freud se colocou no lugar de mestre, de amo da verdade, quando fez uma intervenção em *Dora* de “Eu para Tu” (LACAN, 1953-1954/1986) e, portanto, não conseguiu ocupar o lugar do analista. Erro que ele próprio reconheceu no posfácio do relato do caso. Esse é mais um dos pontos que nos direciona ao que Lacan se refere como Desejo do Analista, que o difere da posição narcísica e de quem detém o saber.

CAPÍTULO 3: ÉTICA FREUDIANA

A fim de darmos continuidade à nossa caminhada em direção aos textos de Freud, é preciso previamente assinalar algumas questões. Os capítulos anteriores mostraram como o desejo de Freud o levou à invenção da psicanálise por intermédio de seu trabalho na clínica com as histéricas, desenvolvendo as noções de sexualidade, inconsciente, transferência e resistência, concedendo-lhe o lugar do analista.

Este capítulo aborda a ética freudiana nos chamados por Strachey de *Artigos sobre técnica* (1911-1915), para verificar qual o tratamento dado por Freud à ética da psicanálise. Assim, inicia-se pelas questões encontradas nos textos que abordam a técnica, procurando pistas que indiquem o lugar do analista.

Como já vimos, no *Estudos sobre a histeria* (1893-1895), Freud apresentou um relato completo do procedimento psicanalítico que havia desenvolvido com base nas descobertas de Breuer. Inicialmente era descrito como a técnica da pressão na testa incluindo elementos de sugestão, embora avançasse rapidamente ao que foi chamado de método psicanalítico. “Após isso, Freud não publicou nenhuma descrição de sua técnica por mais de 15 anos, com exceção de duas descrições superficiais datadas de 1903 e 1904” (STRACHEY, 1911-1915[1914]/2006, p. 93).

Assim pouco se soube sobre o método psicanalítico, durante esse período, sendo que podemos encontrar alguns indícios em *A Interpretação de Sonhos* (1900) – e também em suas três principais histórias clínicas do período, *Dora* (1905[1901]), *Pequeno Hans* (1909) e *Homem dos ratos* (1909) (STRACHEY, 1911-1915[1914]/2006). Mas a questão da técnica só desponta mesmo em 1910, no artigo sobre *As perspectivas futuras da psicanálise*, em que Freud (1910/2006, p. 94) anuncia “[...] em futuro próximo, produzir uma Metodologia Geral da Psicanálise, presumivelmente um trabalho sistemático sobre a técnica”. Porém, Strachey (1911-1915[1914]/2006) lembra que igualmente atrasou mais de dezoito meses, e que o trabalho se iniciou com a publicação dos seis artigos seguintes, somente no final de 1911.

Os quatro princípios deles foram publicados em sucessão bastante rápida durante os 15 meses seguintes (entre dezembro de 1911 e março de 1913). Houve então outra pausa e os dois últimos trabalhos da série apareceram em novembro de 1914 e janeiro de 1915. Estes dois, porém, foram

terminados por volta do final de julho de 1914. Embora os seis artigos se achassem assim espalhados por cerca de dois anos e meio e abranjam grande número de temas importantes, dificilmente podem ser descritos como mais exposição sistemática da técnica psicanalítica. Representam, no entanto, a abordagem mais aproximada de Freud sobre uma exposição desse tipo, pois, nos vinte anos que se seguiram à sua publicação, ele não efetuou mais que um par de contribuições mais explícitas ao assunto: um exame dos métodos ativos de tratamento em seu artigo para o *Congresso de Budapeste* (1919 [1918]), e alguns títulos de conselhos práticos sobre a *Interpretação dos sonhos* (1923). Fora esses, temos de nos apoiar principalmente, no material da histórias clínicas. Além disso, há, naturalmente, o longo enunciado dos princípios que fundamentam a terapia psicanalítica nas *Conferências XXVII e XXVIII* e de suas *Conferências Introdutórias* (1916-1917), embora dificilmente possa ser encarado como contribuição direta às questões da técnica. Na verdade, foi somente no fim da vida, em 1937, num de seus últimos trabalhos, *Análise terminável e interminável*, que mais uma vez ele retornou a esse tópico (STRACHEY, 1911-1915[1914]/2006, p. 94).

Quanto à ideia de desenvolver um manual para jovens analistas, Freud sempre se mostrou cético, justificando com os fatores psíquicos envolvidos (inclusive a personalidade do analista) que são complexos e variáveis para tornar possíveis regras rígidas e firmes. Contudo, escreveu extensas discussões sobre os aspectos técnicos mormente no volume XII e, mesmo após todos esses estudos, nunca deixou de insistir que um domínio apropriado sobre o assunto somente poderia ser adquirido pela experiência clínica. Esta, sem dúvida, com pacientes, mas principalmente oriunda da própria análise do analista. Dessa maneira, Freud cada vez mais se convencia de que a experiência clínica constituía a necessidade fundamental de todo aquele que pretendesse tornar-se psicanalista (STRACHEY, 1911-1915[1914]/2006).

Tendo apresentado isso, mostra-se, neste capítulo, algumas transformações que o método sofreu, as quais nos possibilitam pensar

numa ética da psicanálise que sustentou essas mudanças e nas possíveis articulações com a Ética do Desejo, referida por Lacan. Serão utilizados os textos mencionados por Strachey na ordem destes, sugerida pelo editor. Uma ressalva: não há pretensão de aprofundamento nas histórias dos três casos clínicos citados, em que, segundo Strachey (1911-1915[1914]/2006) podemos encontrar alguns indícios sobre a técnica.

3.1. DA ÉTICA TRADICIONAL À INVENÇÃO FREUDIANA

Início com uma reflexão sobre a polissemia da palavra ética em nossa cultura, a partir de alguns pontos de vista. Luís Cláudio Figueiredo, psicólogo, menciona a palavra ética “tanto como adjetivo, por exemplo, na expressão – conduta ética, quanto como substantivo, por exemplo, na expressão – a ética dos políticos brasileiros” (FIGUEIREDO, 2004, p. 65). Ademais, o termo ética envolve sempre princípios, valores, normas de ação e ideias, em suma, concerne aos padrões e aos códigos que comandam ou proíbem algumas condutas (FIGUEIREDO, 2004).

Nicola Abbagnano (2007), na Filosofia, define ética como aquilo que diz respeito à conduta humana, apontando duas concepções fundamentais que abordam o tema da ética: “a primeira a considera como ciência do fim para o qual a conduta dos homens deve ser orientada; a segunda como ciência do móvel da conduta humana, que procura determinar tal móvel com vistas a dirigir ou disciplinar essa conduta” (ABBAGNANO, 2007, p. 442). Aqui, para o autor, a moral apresenta-se como o objeto da ética, sendo considerada como conduta dirigida ou disciplinada por normas, falando-se não só de atitude moral para indicar uma atitude moralmente valorável, mas também de coisas positivamente valoráveis, ou seja, boas. Em geral, ética se refere à conduta e, moral como sua qualidade, seja para o bem ou para o mal.

Para Lalande, também na Filosofia, ética está designada como “a ciência que tem por objeto o julgamento aplicado à distinção do bem e do mal” (LALANDE, 2002, p. 306). Igualmente, na filosofia, Japiassú e Marcondes expõem que a preocupação da ética está em “elaborar uma reflexão sobre as razões de se desejar a justiça e a harmonia sobre os meios de alcançá-las. E a moral está preocupada na construção de um conjunto de prescrições destinadas a assegurar uma vida em comum justa e harmoniosa” (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 93). Esses autores definem ética como

a parte da filosofia prática que tem por objetivo elaborar uma reflexão sobre os problemas fundamentais da moral (finalidade e sentido da vida humana. Os fundamentos da obrigação) e do dever, natureza do bem e do mal, o valor da consciência moral etc., mas fundada num estudo metafísico do conjunto das regras de conduta consideradas como universalmente válidas. (JAPIASSÚ; MARCONDES, 1996, p. 93)

Jurandir Freire Costa, psiquiatra e psicanalista, define ética como “toda ação humana que toma por objeto de intervenção outra ação humana. [...] sendo que uma ação humana só pode ser qualificada de boa ou má por um julgamento do pensamento” (COSTA, 1994, p. 19).

Quanto a esse trajeto, percebemos que todos esses conceitos de ética têm algo em comum, isto é, discutem sobre a conduta humana diante do bem e do mal. O julgamento que ora é do bem, ora é do mal, tem raízes na ideia de divisão do mundo entre bom, ou Deus, e entre mau, ou o diabo, refere Abbagnano (2007). E essa ideia, expõe este autor, constitui o Maniqueísmo, doutrina do sacerdote persa Mani (latim *Manichaeus*), que viveu no século III e proclamou o Paracleto, aquele que devia conduzir a doutrina cristã à perfeição. O Maniqueísmo, como filosofia religiosa cristã sincrética e dualista, admite dois princípios: um do bem, ou princípio da luz, e outro do mal, ou princípio das trevas, considerando a matéria essencialmente má, e o espírito, essencialmente bom. Com a popularização do termo, maniqueísta passou a ser um adjetivo para toda doutrina fundada nos dois princípios opostos do bem e do mal e foi algo muito difundido no Oriente e no Ocidente (ABBAGNANO, 2007). Indo por esse mesmo viés, Costa (1994) considera que:

[...] o que chamamos de ética mostra um uso regulado da palavra bem e mal que, em nossa tradição, afirma a existência de princípios e de um sujeito suporte destes princípios. Os princípios são aqueles classicamente postulados pela herança democrática, humanitária, pluralista e individualista da cultura ocidental: todo indivíduo tem direito à vida, à liberdade e à busca da felicidade (COSTA, 1994, p. 37).

Por outra vertente, Henri Kaufmanner (2007), psicanalista de orientação lacaniana, refere-se à ética como aquilo que diz respeito aos mais diversos campos da atividade humana, onde há uma propagação de comissões de ética, códigos e instâncias reguladoras. O autor cita como exemplo os conselhos reguladores das atividades profissionais, como Medicina, Psicologia, etc. “Todos têm como função a fixação de critérios e regras no intuito de resolver os problemas existentes na relação entre a aplicação dos novos conhecimentos e os seus efeitos na sociedade” (KAUFMANNER, 2007, p. 103). Este autor ressalta, no entanto, que essa propagação de instâncias reguladoras reduzida a uma série de normas, pretende apaziguar os diversos praticantes em relação aos seus procedimentos e, assim, excluir qualquer responsabilidade subjetiva, seja de quem os executa, seja de quem é por eles assistido. Nesse sentido, visualizamos aqui um primeiro indicativo para definir a ética da psicanálise, que a difere da ética tradicional, em que não há como se garantir em normas preestabelecidas, pois por apostar no caráter contingente de sua prática, a psicanálise, de maneira divergente, sustenta-se em uma ética distinta que recusa qualquer proposta de regulamentação.

Maria Rita Kehl, em seu livro *Sobre ética e psicanálise* (2002), comenta as relações entre ética e psicanálise, e se refere ao “advento da psicanálise no Ocidente, como um pensamento e uma prática questionadores dos pressupostos éticos tradicionais, que, de fato, já não se sustentavam como orientadores da ação moral” (KEHL, 2002, p. 7). A novidade à época é que nossas ações são causadas a partir do inconsciente:

A psicanálise não surgiu como proposta de uma “nova ética” [...]. A virada freudiana abalou profundamente algumas convicções a respeito das relações do homem com o bem, exigindo que se repensassem os fundamentos éticos do laço social a partir das determinações inconscientes da ação humana (KEHL, 2002, p. 8).

Assim percebemos que a invenção freudiana rompe com a maneira como se pensava naquela época, tornando a genialidade de Freud algo indiscutível. A consciência que até então era o que dominava a ação humana não está mais nesse posto, passando a ser substituída pelo inconsciente. Isso equivale à afirmativa freudiana de que “o Eu não

é senhor de sua própria casa” (FREUD, 1917/2006, p. 153). No texto *O Eu e o Isso* (1923), Freud dá a seguinte definição de Eu:

Em cada indivíduo existe uma organização coerente de processos mentais denominada de Eu. É a esse Eu que a consciência se acha ligada: O Eu controla as abordagens à motilidade, isto é, a descarga das excitações para o mundo externo. Ele é a instância mental que supervisiona todos os seus próprios processos constituintes e que vai dormir à noite, embora ainda exerça a censura sobre os sonhos. Desse Eu procedem também os recalques, por meio dos quais procura-se excluir certas tendências da mente, não simplesmente da consciência, mas também de outras formas de capacidade e atividade. Na análise, essas tendências que foram deixadas de fora colocam-se em oposição ao Eu, e a análise defronta-se com a tarefa de remover as resistências que o Eu apresenta contra o preocupar-se com o recalco (FREUD, 1923/2006, p. 30).

No texto *Uma dificuldade no caminho da psicanálise* (1917), Freud inicia uma discussão sobre a invenção do inconsciente, mostrando que esta não foi uma tarefa fácil para a psicanálise, haja vista que, esta por retirar do centro a consciência, bem como o Eu da posição de governante dos atos psíquicos, foi considerada por ele como a terceira ferida narcísica da humanidade. Conforme Freud (1917/2006, p. 149) “o narcisismo dos homens sofreu três severos golpes por parte das pesquisas científicas”, e ele os nomeia como as três feridas narcísicas”. A primeira foi o golpe cosmológico de Copérnico, ao afirmar ser a Terra que gira em torno do sol, diferentemente de como antes se pensava. A segunda foi o golpe biológico de Darwin, este através da teoria da Evolução afasta o homem da comparação com Deus e o coloca como descendente dos primatas. Já a terceira, para Freud é considerada o golpe que mais fere, pois é a ferida narcísica de origem psíquica e que faz referência ao seu trabalho (FREUD, 1917/2006). “Provavelmente muito poucas pessoas podem ter compreendido o significado para a ciência e para a vida, do reconhecimento dos processos mentais inconscientes” (FREUD, 1917/2006, p. 153).

Admitindo que há dois (ou até três) sistemas psíquicos, a psicanálise afastou-se da psicologia, modificando sua teoria. Por

consequente, um ato psíquico acontece em duas etapas, na primeira ele é inconsciente e concerne a esse sistema. Quando rejeitado pela censura, não passa à segunda etapa, foi recalcado e continuará inconsciente. Mas se passar pela censura fará parte do sistema consciente e isso não revela qual sua relação com a consciência (FREUD, 1915/2006). Embora, seguramente, possa tornar-se consciente a qualquer momento e sem qualquer resistência. Em vista disso, o sistema consciente também é denominado de pré-consciente, dado que participa das características do sistema consciente, já o papel da censura está no ponto de transição do inconsciente para o pré-consciente (FREUD, 1915/2006).

O motivo pelo qual as ideias não podem tornar-se conscientes é uma força oposta, que as impedem de estarem conscientes. O estado em que existiam antes de se tornarem conscientes é chamado de recalcado e a força que institui o recalque e o mantém é percebida como resistência durante o trabalho de análise. O conceito de inconsciente foi obtido a partir da teoria do recalque (FREUD, 1923/2006). “O recalcado é o protótipo do inconsciente” (FREUD, 1923/2006, p. 29).

Através do recalque, Freud foi levado a descobrir o papel defensivo do aparelho psíquico, e isso por meio da neurose e da experiência individual dos analisantes. Assim, o recalque age sobre as representações conflitantes ao Eu, todavia tal conflito é marca do rigor moral e das exigências éticas da cultura sobre cada sujeito. Daí o interesse de Freud em expandir seu olhar para a cultura, a religião, as origens da civilização e da moral. Em sua prática clínica marcada pela procura da singularidade, Freud inevitavelmente se depara com os valores da sociedade e com as exigências morais.

Vimos com Freud que a dimensão ética instaura-se do inconsciente e não do Eu. Lacan (1959-1960/2008, p. 365) comenta que com a hipótese freudiana do inconsciente, supõe-se que “a ação do homem, seja ela sã ou doente, seja ela normal ou mórbida, tem um sentido escondido”. Então, da relação do sujeito com as manifestações do inconsciente, o problema são as representações recalçadas do desejo, quando inconcebíveis por consequência do recalque.

Conforme Cottet (1989, p. 122), “[...] a descoberta freudiana do recalque impõe uma direção da análise, não deixando o psicanalista inteiramente neutro. [...] o analista quer algo: suspender o recalque”. Diante disso, no *Escrito A Direção do tratamento* (1958/1998), Lacan discorre sobre a relevância na psicanálise em formular uma ética que componha as conquistas freudianas sobre o desejo, uma vez que é o inconsciente que possibilita situá-lo. A partir de agora, um dos pontos

importantes será de saber quais as consequências éticas do advento do inconsciente, tal como foi aberto por Freud, colocando no topo a questão da Ética do Desejo.

3.2. FREUD – EXPOSIÇÕES SOBRE A TÉCNICA ANALÍTICA (PARTE I)

Algumas inovações sobre a técnica são introduzidas por Freud no artigo *As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica* (1910/2006). Ainda que Strachey não o cite no volume XII, o mesmo escreveu nas suas notas sobre a importância deste para o conhecimento da técnica, comparando-o com outro texto de Freud, enunciado oito anos depois sobre o tema, *Linhas de desenvolvimento na terapêutica psicanalítica* (1919[1918]). Dessa forma, considere relevante comentá-lo aqui.

Freud substituiu o método catártico que buscava a elucidação dos sintomas, passando a procurar localizar as resistências no paciente. Assim sua meta era diminuir o esforço do analista, dando ao analisante total acesso ao inconsciente. Já outra inovação sobre a técnica diz respeito a contratransferência. Nessa etapa, Freud estava quase reconhecendo a contratransferência em si próprio, e outro ponto importante surgiu para ele quando notou que nenhum analista avançava além do que permitiam suas próprias resistências. Em consequência disso, exigiu aos analistas que iniciassem sua atividade por uma autoanálise⁸, ininterruptamente, enquanto estivessem realizando suas observações sobre seus pacientes (FREUD, 1910/2006).

Em seu primeiro artigo da série *Artigos sobre técnica* (1911-1914) denominado de *Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise* (1912/2006), Freud apresenta as regras técnicas que foram alcançadas através de sua própria experiência. Adverte, entretanto, que essas regras são apropriadas à sua individualidade e experiência, e que outro psicanalista constituído de modo diferente do seu possa ver-se levado a adotar outra atitude na sua clínica. Aqui podemos ver que, desde os primórdios, a psicanálise rejeita um manual de regras técnicas com recomendações do que um analista deva ou não fazer, trazendo assim a importância da singularidade tanto do analisa quanto do analisante.

⁸ Freud logo se convenceu da impossibilidade da autoanálise. Mais tarde, insistiu na necessidade de análises didáticas conduzidas por outro analista” (FREUD, 1910, p. 151).

A propósito da técnica, contudo, indica Freud (1912/2006, p. 125), “é muito simples e consiste simplesmente em não dirigir o reparo para algo específico e em manter a mesma atenção uniformemente suspensa em face de tudo o que se escuta”. Dessa maneira, o analista evita um perigo que é inseparável do exercício da atenção deliberada; pois, se fosse assim, começaria a selecionar o material que lhe é apresentado e, ao fazer essa seleção, estaria seguindo suas próprias expectativas ou inclinações e não as do analisante. Isto, portanto, é exatamente o que não deve ser feito, pois assim arriscaria a não descobrir nada além do que já sabe; lembrando que o que se escuta, na maioria das vezes, são coisas cujo significado só aparecerá *a posteriori* (FREUD, 1912/2006).

Em vista disto – da regra de prestar igual reparo a tudo –, Freud (1912/2006) estabelece a contrapartida necessária da exigência feita ao paciente de que este comunique tudo o que lhe ocorre, sem crítica ou seleção, certificando que essa é a regra fundamental da psicanálise. Ressalta que ao psicanalista cabe simplesmente escutar, colocando-se no lugar de utilizar tudo o que lhe é dito com a finalidade de interpretação, investigando o material inconsciente, e não substituindo sua própria censura por aquela que o paciente abandonou. Aqui identificamos que com isso Freud chamava a atenção para a posição de neutralidade que um analista deve adotar na clínica enquanto escuta um analisante. Essa neutralidade que Freud (1912/2006) inicialmente se referiu indica que a psicanálise funciona através da transferência e não através das trocas de opiniões. O analista de forma alguma decidirá por qual caminho o analisante deve ir, pois isso significaria uma discussão, uma relação dual, ou seja, tudo o que a psicanálise não deve procurar.

Sobre a perspectiva da neutralidade, Freud (1912/2006) lembra do sentimento mais perigoso que o analista venha a possuir: a ambição terapêutica – de alcançar algo que produza efeito convincente sobre outras pessoas. Isto de forma alguma deve ocorrer na clínica, pois é algo que importa somente para o narcisismo do Eu daquele que pretende torna-se analista. Na clínica, a preocupação com o ser do analista e seus derivados relativos ao Eu do analista devem ficar de fora. Freud (1912/2006) já considerava um perigo sério, e que pode se tornar perigo também para os outros, o psicanalista projetar nos pacientes algumas das peculiaridades de sua própria personalidade. Isso desacreditaria do método psicanalítico e desencaminharia os pacientes.

Vemos aqui que Freud falava sobre um aspecto de neutralidade dando uma ideia de que o analista não deva envolver sua personalidade

nas questões trazidas pelo analisante. Isso seria apenas um aspecto da questão da neutralidade, porque Lacan avança esse ensino quando fala de uma vacilação calculada sobre uma neutralidade imaginária, ou seja, não mais sobre uma neutralidade pensada ingenuamente de forma absoluta, já que não seria possível nem desejável tal neutralidade.

Aqui vemos o germe deste lugar, mais tarde chamado por Lacan, de objeto causa de desejo. Esse lugar se caracteriza em primeiro ponto numa posição em que o analista realiza uma tarefa de pura virtualidade. Lacan chama essa virtualidade de “fazer semblante”, uma tradução do francês *faire semblant*. Alguns tradutores preferem a forma “fazer aparência”, já para a editora Jorge Zahar, por exemplo, figura como título do Seminário, livro 18⁹, a tradução por *semblante*. Contudo, não se trata de uma aparência, mas sim de uma virtualidade, mesmo porque o analista não é visível ao analisante. Esse semblante além de designar também uma expressão facial não vista, se conecta igualmente ao conceito de neutralidade do analista, falado por Lacan (1960/1998, p. 839) como “vacilação calculada da neutralidade do analista”. Não se trata de uma neutralidade absoluta, mas sim de uma vacilação sobre essa imaginada neutralidade, por parte do analisante. A respeito desse aspecto, Lacan comenta que

Esta observação não constitui, é claro, um conselho técnico, mas uma visão aberta para a questão do desejo do analista, para aqueles que de outro modo não poderiam ter ideia dela: como deve o analista preservar para o outro a dimensão imaginária de sua não dominação, de sua imperfeição necessária, eis o que é tão importante estabelecer quanto o fortalecimento, nele voluntário, de sua insciência quanto a cada sujeito que vai procurá-lo em análise, de sua ignorância sempre renovada de que algum deles constitua um caso (LACAN, 1960/1998, p. 839).

Além desses, o requisito fundamental para todos que desejam efetuar análise em outras pessoas é ser analisado por outro analista. Pois quem não se submeter ao que Freud (1912/2006, p. 129) chama de “purificação analítica” será incapaz de aprender algo em relação a seus pacientes. Somente através de sua própria análise, aquele que pretenda tornar-se analista poderá trabalhar com as resistências que o impeçam de

⁹ De um discurso que não fosse *semblante*.

ocupar este lugar, indicado por Lacan, como de objeto causa de desejo. Lugar do objeto que falta, podendo ser pensado como um nada, vazio em torno do qual se evoca o desejo.

Outro perigo apontado por Freud (1912/2006) ocorre na atividade educativa que não compete ao psicanalista, pois quando este se esforça por transformar em excelente uma pessoa com quem ele lutou para livrar da neurose e determinar altos propósitos para seus desejos, a análise está fadada a ir por água abaixo. Novamente aqui o analista deve conter-se e dirigir a análise pelas questões do paciente em vez de por seus próprios desejos. Dessa maneira, Freud (1912/2006) ressalta que não há relevância na ambição educativa e nem na terapêutica.

Aqui o leitor pode vir a perguntar-se: se não cabe ambição terapêutica nem educativa, o que um analista deve fazer? Desde Freud, ao analista cabe colocar em movimento o processo de solucionamento dos recalques, para afastar os obstáculos em seu caminho. Para Freud (1913/2006) não havia uma ordem prescrita para uma direção da análise, ou ordem dos pontos a serem trabalhados, portanto, uma vez começada, segue sua própria rota. Geralmente, inicia-se com a história de vida do paciente, ou a história de sua doença, ou suas lembranças de infância. Mas isso quem determina é o paciente e, em todos os casos, deve-se deixá-lo falar e livre para escolher em que ponto começará. Freud recomendava o seguinte: “Antes que eu lhe possa dizer algo, tenho de saber muita coisa sobre você; por obséquio, conte-me o que sabe a respeito de si próprio” (FREUD, 1913/2006, p. 149).

Aqui já podemos pensar no conceito lacaniano do Desejo do Analista a partir de uma leitura retrospectiva, ou seja, de uma leitura lacaniana de Freud. Conduzindo a análise a partir do desejo que surge do analisante através de sua fala, dando lugar ao mais básico conceito da psicanálise que é o de Inconsciente.

Desse modo, para Freud (1913/2006), o analista convoca o paciente a contar-lhe coisas, mesmo que lhe ocorram diversos pensamentos que gostaria de pôr de lado, por causa de certas críticas ou objeções. O paciente possivelmente ficará tentado a dizer a si mesmo que isto ou aquilo é irrelevante, ou sem importância, ou absurdo, de maneira que não há necessidade de dizê-lo. Mas o analista deve explicar que é exatamente por sentir aversão que precisa contá-lo. Assim, o convida a dizer-lhe tudo o que se passa em sua mente, colocando em movimento a técnica da associação-livre.

Ao pôr em movimento a associação-livre, as críticas que surgem constituem aquilo que se chama de resistência. A resistência para a

psicanálise designa uma oposição do sujeito contra o aparecimento de seu próprio desejo. O curioso nisso é que o sujeito resista ao que ele mesmo deseja. Em geral, nós pensamos que a realização de desejos seria o correspondente a uma espécie de felicidade. Contudo, nossa relação com o desejo não é simples. Segundo Freud (1919/2006) nós resistimos contra nossos desejos, brigamos com eles, não os aceitamos, temos críticas sérias para com eles e até os tememos. E o desejo pode ser entendido como mola propulsora da vida, já que nos impulsiona em direção aos objetos. Desde Platão, desejamos aquilo que nos falta, o que indica que desejo é também a presença da falta, daí que para lidar bem com o desejo é preciso lidar bem com a falta, o que não é comum.

O saber da falta se refere pela diferença entre aquele que não sabe em contraposição àquele que sabe que não sabe. Ele mina as certezas daquele que se coloca no lugar do saber sobre a virtude. Desse modo, conclui, através de seu personagem, instituindo a dúvida sobre o que inicialmente era certeza (PLATÃO, 1960, p. 63-69).

Se o desejo é falta, a maneira como o sujeito lida com ela, desde a infância, é o que vai determinar seus graus de neurose e seu mal-estar daí decorrente. Assim, inicialmente, a força que motiva uma análise é o sofrimento do paciente e um pedido de cura do seu mal-estar em relação ao desejo, dirigido ao analista. A intensidade dessa força diminui por diversos fatores que não são desvendados até que a análise esteja em andamento. Cada melhora diminui o sofrimento, porém não o suficiente para o paciente livrar-se da neurose. Freud (1913/2006, p. 158) fala que duas coisas lhe faltam para isso: “não sabe que caminhos chegar para esse fim e não possui a necessária cota de energia para se opor às resistências”. A análise poderá auxiliar na diminuição dessas duas, provendo energia a fim de superar as resistências. Mas isso somente pela transferência, mostrando ao paciente, no momento correto, que ele pode, então, decidir os caminhos para os quais deve dirigir essas energias. A transferência frequentemente já é capaz de remover os sintomas da doença por si mesma, porém, nesse caso, o tratamento seria por sugestão. Na psicanálise a intensidade da transferência deve ser utilizada para a superação das resistências (FREUD, 1913/2006).

Mesmo nos estádios posteriores da análise, Freud diz do cuidado que um analista tem que ter em não fornecer ao paciente a solução de um sintoma ou a tradução de um desejo, a não ser que o analisante esteja

bem próximo de conseguir a explicação por si próprio. Uma intervenção desse tipo faria o paciente desacreditar do analista, despertando à análise uma forte oposição, não importando que o conteúdo da intervenção tenha sido verdadeiro ou não; pois quanto mais verdadeiro for, mais forte será a resistência (FREUD, 1913/2006). Aqui Freud também mostra uma diferença com relação ao discurso da cultura, apontando que um dito errôneo não é tão preocupante como uma verdade fora da transferência.

No último texto da série *Artigos sobre técnica* (1911-1915) denominado de *Observações sobre o amor transferencial* (1915[1914]/2006), Freud fala sobre o analista numa situação transferencial, em que este nunca deve aceitar ou retribuir os afetuosos sentimentos que lhe são oferecidos, em razão de isso fazer parte da análise e não ter relação alguma ao analista enquanto pessoa. “A técnica analítica exige do psicanalista que ele negue ao paciente que anseia por amor a satisfação que ele exige” (FREUD, 1915[1914]/2006, p. 182).

É, portanto, catastrófico para uma análise que o anseio do paciente por amor seja tanto satisfeito como eliminado. O analista precisa ter cuidado para não se afastar do amor transferencial e recusar ao paciente qualquer retribuição. Cabe-lhe aproveitar o amor transferencial e sustentá-lo para facilitar as intervenções e interpretações, não esquecendo que é algo irreal, uma situação da análise (FREUD, 1915[1914]/2006).

O amor transferencial caracteriza-se por certos aspectos que lhe asseguram posição especial. Em primeiro lugar, é provocado pela situação analítica; em segundo, é grandemente intensificado pela resistência, que domina a situação; e em terceiro, falta-lhe em alto grau consideração pela realidade (FREUD, 1915[1914]/2006, p. 186).

Quanto à linha de ação do analista, como indica Freud (1915[1914]/2006), foi ele quem evocou esse amor a fim de curar a neurose. Contudo, não cabe ao analista qualquer proveito, pois existem razões éticas e técnicas que o impelem a não oferecer seu amor. Ainda que isso não seja uma empreitada fácil, o analista não pode jamais ceder (FREUD, 1915[1914]/2006). “Por mais alto que possa prezar o amor, o analista tem de prezar mais a oportunidade de ajudar sua paciente a

passar por um estágio decisivo de sua vida” (FREUD, 1915[1914]/2006, p. 187).

Freud foi um inventor de um tipo de relacionamento novo, duas pessoas que conversam em posições não convencionais – um sentado e outro deitado – sem que o analisante possa enxergar o analista. Igualmente sob o aspecto do posicionamento subjetivo – não se trata de uma discussão de opiniões e nem de uma relação interpessoal, mas sim de uma situação na qual há uma defasagem. Além disso, a proposição da técnica da associação-livre põe em jogo a mais intensa declaração de amor, já que esta indica uma possibilidade inédita ao analisante: pode e tem de dizer tudo que lhe vier à cabeça. É uma aparente liberdade assustadora. Por seu lado o analista ainda afirma, por consequência, que aceitará todos os ditos do analisante. Essa é a grande novidade: antes de Freud não havia uma relação em que alguém pudesse dizer tudo e nem alguém que pudesse aceitar todo o dito. Isso se constitui de certa forma numa intensa declaração de amor, mesmo a quem nunca se viu – só pode ser o amor de transferência.

3.3. FREUD – EXPOSIÇÕES SOBRE A TÉCNICA ANALÍTICA (PARTE II)

Tendo apresentado esses pontos sobre a técnica ao leitor, já estamos em condição de prosseguir em nossa jornada, e o próximo texto de Freud que irei trabalhar serão as *Conferências introdutórias sobre psicanálise* (1917[1916-17]) de número XXVII e XXVIII.

Na *Conferência* de número XXVII, Freud (1917[1916-17]/2006) apresenta uma questão importante sobre a análise, na qual não cabe ao analista recomendar ao paciente “viver uma vida completa sexualmente”, diante das restrições da ética, estabelecidas pela sociedade. Pois essas têm um papel na privação imposta ao paciente, e a análise pode até dar-lhe a coragem de abandonar esses obstáculos, conseguindo satisfação e recuperação de sua saúde, embora, com isso, desista de cumprir um ideal que a sociedade enaltece.

Certamente, esclarece Freud (1917[1916-17]/2006), tal recomendação não poderia desempenhar um papel na análise, pois há um persistente conflito no paciente entre uma pulsão e o recalque sexual. E esse conflito não seria solucionado com a ajuda do analista de propor ao paciente escolher entre uma dessas tendências. Freud (1917[1916-17]/2006, p. 436) adverte “ser impossível para o analista tomar o partido da moralidade sexual convencional ou ter em alto

apreço a forma pela qual a sociedade procura regulamentar na prática os problemas da vida sexual”. Cottet comenta que aqui a posição de Freud está claramente contra “a interpretação sexológica da ética analítica”. E não é papel do analista, na direção da análise, o de instrutor, sua ética o dirige para a conclusão de que “o analista só tem um desejo: o de ver o paciente tomar as decisões por si próprio” (COTTET, 1989, p. 125).

Se as decisões fossem inspiradas por um ideal ascético triunfante, o analista nada teria a dizer – se é verdade que só o conflito é patógeno, e não os valores adotados pelo indivíduo quando adequados aos da cultura. Ora, supõe-se que a psicanálise é “inimiga da cultura” na medida em que estima que o preço a pagar pelo indivíduo é alto demais. O paradoxo justamente é que não damos conta da “ação terapêutica da psicanálise ao dizer que esta permite viver a vida sexual até seus limites” (COTTET, 1989, p. 125).

Por certo, parafraseando Cottet (1989), o que Freud considera aqui é que o neurótico está diante de um conflito de natureza moral que deve ser respeitado, e que tal conflito “não se trata de um sintoma a erradicar, pois seu recalcamento é o que seria patógeno” (COTTET, 1989, p. 125). E isso tudo nos remete a pensar novamente na aparente neutralidade (mencionada por Freud nos *Escritos sobre técnica* [1911-1914]) que cabe ao analista, ou seja, de não escolher nem um, nem outro dos termos do conflito inconsciente. Não é incumbência do analista escolher entre duas instâncias que governam contraditoriamente o inconsciente. “Pois, é a estrutura do sujeito inconsciente, enquanto conceito da divisão do sujeito, o que impõe essa suspensão, que é de ordem ética: não suturar o conflito psíquico [...] que não passaria de uma variante da sugestão” (COTTET, 1989, p. 124).

O que um analista pode realizar em um paciente é uma modificação psíquica, e a extensão em que ela se efetua é a medida da ajuda que ele pode lhe proporcionar. O analista auxilia a transformar aquilo que está inconsciente em consciente através da supressão dos recalques, removendo as precondições para a formação dos sintomas para então lidar com o conflito patogênico, para o qual deve ser possível, de algum modo, buscar uma solução (FREUD, 1917[1916-17]/2006). Nesse sentido, Freud acentuará cada vez mais o conflito das pulsões. Conforme Cottet (1989), toda a obra de Freud consiste em

reconhecer os danos provocados ao renunciar às pulsões. Portanto, segundo este autor “o mal-estar da cultura é redutível, de fato ao mal-estar do desejo” (COTTET, 1989, p. 122). Justificando que numa cultura onde a tendência é refrear o princípio do prazer, sobrepujando o que não serve diretamente à cultura – o gozo sexual –, isso ocorre devido a um reducionismo da atividade ao que é útil, motivo este que dificulta a manifestação de desejo na cultura. Seguramente, o pano de fundo aqui é a moralidade inerente a cultura, tornando essencial à renúncia às pulsões e conseqüentemente desviando, recalcando, deslocando o desejo.

Voltando à tarefa do analista, esta consiste “na busca do recalque e, depois, na remoção da resistência que mantém o recalque” (FREUD, 1917[1916-17]/2006, p. 438). Para que haja uma remoção da resistência, a maneira é descobri-la e mostrá-la ao paciente, já que a resistência também deriva do recalque e foi provocada pela oposição que surgiu a fim de recalcar a pulsão censurável. Assim, o analista faz a mesma coisa que tentou fazer inicialmente: interpretar, descobrir e comunicar. Entretanto, as forças opostas ou a resistência fazem parte do Eu, e o que se espera é que essa resistência seja abandonada, quando alguma interpretação houver concedido ao Eu reconhecê-la (FREUD, 1917[1916-17]/2006).

De forma alguma, o analista deve antecipar-se e comunicar ao paciente o seu próprio conhecimento sobre o material inconsciente, pois se isso ocorrer causará bem pouca mudança no paciente, ou até uma desistência deste à análise. Freud sem dúvida rejeita o orgulho educativo e a sugestão, não cabendo ao analista decidir sobre o destino do analisante, impor-lhe seus ideais ou moldá-lo a sua imagem.

Freud fala de “duas forças motrizes” com as quais o analista trabalha, “o desejo de recuperação do paciente; e, o auxílio de sua inteligência, à qual o analista fornece pontos de apoio através de sua interpretação” (FREUD, 1917[1916-17]/2006, p. 438). Nesse sentido, Freud em nenhum momento promete reconciliação entre as instâncias do psiquismo. Vê-se novamente a questão ética já esboçada por Freud no que diz respeito ao confronto do sujeito com seu desejo e nada mais. Mais um ponto no qual Lacan se apoia para fundamentar sua Ética do Desejo.

Na *Conferência* de número XXVIII, Freud (1917[1916-17]/2006) fala brevemente sobre a técnica, ressaltando que a análise exige tanto do psicanalista como do paciente a realização de um trabalho metódico e aprofundado, que é empregada para desfazer as resistências internas, e

que isso constitui sua função essencial. “Através da superação dessas resistências, a vida mental do paciente é modificada permanentemente, é elevada a um alto nível de evolução e fica protegida contra novas possibilidades de adoecer” (FREUD, 1917[1916-17]/2006, p. 452).

No ano seguinte, Freud fez um pronunciamento em Budapeste, no Quinto Congresso Psicanalítico Internacional, que pode ser lido no texto *Linhas de progresso na terapia psicanalítica* (1919[1918]). Frente às dificuldades que atravessava, Freud foi levado a rever a posição da psicanálise e outras direções em que esta podia se desenvolver. Esse texto mostra um passo de Freud com ênfase e em direção aos métodos ativos, sendo o último dos seus trabalhos puramente técnicos, antes dos dois que publicou no ano de 1937 (STRACHEY, 1919[1918]/2006).

Nessa época Freud estava às voltas com a técnica e enuncia em Budapeste um princípio fundamental para o trabalho: “o tratamento analítico deve acontecer sob privação, num estado de abstinência” (FREUD, 1919[1918]/2006, p. 176), mas mantendo como princípio fundamental a necessidade e anseio no paciente, a fim de estimulá-lo a trabalhar. No entanto, lembra que estado de abstinência não significa que o psicanalista aja sem qualquer satisfação. Há de se determinar a dimensão e os limites para isso, que, conforme Cottet (1989, p. 124) “não é em nenhum caso abstinência de desejo”.

Freud (1919[1918]) explica que significa algo diferente, tendo muito mais conexão com a dinâmica da doença e da recuperação. “Muito embora a análise implique em uma renúncia à sugestão, ela não se resume na indiferença, nem exclui a intervenção por vezes ativa” (COTTET, 1989, p. 123). Tem-se por comum que a atividade sexual propriamente dita equivaleria à satisfação do desejo sexual, contudo a ética da psicanálise faz pender a balança noutra direção.

Já que foi uma frustração que tornou o paciente doente, este apresenta em seus sintomas satisfações substitutivas, as mais diversas espécies de atividades, preferências e hábitos, para as quais escapa energia necessária para que prossiga a análise. Compete ao analista assumir a forma de oposição a essas satisfações substitutivas, detectando esses caminhos divergentes da atividade que conduz à satisfação, deixando o paciente com desejos insatisfeitos, precisamente aquelas satisfações que mais intensamente deseja (FREUD, 1919[1918]/2006).

Passados quase vinte anos desde que publicara algo sobre a técnica, Freud retorna ao assunto em seu texto *Análise terminável e interminável* (1937), embora, naturalmente, não deixasse de tratar dessas questões brevemente em seus outros escritos durante esse período

(STRACHEY, 1937/2006). Freud (1937/2006) afirma que de acordo com novas descobertas a técnica se modificou.

Inicia retomando algo que já havia dito sobre a análise, que deve ser levada a cabo mediante um estado de frustração e represamento da libido (FREUD, 1937/2006). Nesse momento, Freud não estava interessado no papel patogênico dos mecanismos defensivos e o que pretendia era descobrir a influência que a alteração do Eu tinha sobre o esforço terapêutico do analista. O trabalho do analista estava constantemente oscilando entre um fragmento de análise do Isso e um fragmento de análise do Eu, ora pretendia tornar consciente algo do Isso, ora queria corrigir algo no Eu. O difícil nisso é que os mecanismos defensivos dirigidos contra um perigo anterior reapareciam na análise como resistências. E disso decorria a ideia de que o Eu trata o próprio restabelecimento como um novo perigo (FREUD, 1937/2006).

Já sabemos que o efeito terapêutico depende de tornar consciente o que está recalcado no Isso. Desse modo, o analista prepara o caminho para a derrubada das resistências mediante interpretações e construções. Em contrapartida, o Eu se apegue a suas defesas primárias e não abandona suas resistências que, embora pertençam ao Eu, são inconscientes. O analista pode até identificar as resistências, porém ao tentar explicá-las ao paciente ou corrigi-las, encontra-o incompreensivo e inacessível a argumentos bem fundados. Assim, percebemos que há uma resistência contra a revelação das resistências, formando resistências não apenas à aceitação dos conteúdos do Isso, mas também à análise como um todo (FREUD, 1937/2006).

Outro ponto importante que retoma, no texto *Análise terminável e interminável* (1937), diz respeito a como e onde o analista pode adquirir as qualificações de que necessitará em sua profissão. E a resposta dada por Freud (1937/2006) é a mesma que deu desde o início de seus escritos sobre a técnica, ou seja, através da análise do próprio analista. É somente com outro analista que um analista poderá começar sua preparação para a futura atividade.

Essa análise terá realizado seu intuito se fornecer àquele que aprende uma convicção firme da existência do inconsciente, se o capacitar, quando o material recalcado surge, a perceber em si mesmo coisas que de outra maneira seriam inacreditáveis para ele e se lhe mostra um primeiro exemplo da técnica que provou ser a única eficaz no trabalho analítico. Só isso não

bastaria para sua instrução, mas contamos com que os estímulos que recebeu em sua própria análise não cessem quando esta termina, com que os processos de remodelamento do Eu prossigam espontaneamente no indivíduo analisado, e com que se faça uso de todas as experiências subsequentes nesse recém adquirido sentido. Isso de fato acontece e, na medida em que acontece, qualifica o indivíduo analisado para ser, ele próprio analista (FREUD, 1937/2006, p. 265)

No mesmo ano de 1937, Freud discutiu rapidamente mais um assunto sobre a técnica, num último texto que nomeou de *Construções em análise* (1937). Aqui o foco estava em demonstrar qual o papel das construções. O mestre vienense expõe que a função da construção “é a de completar aquilo que foi esquecido pelo analisante a partir dos traços que deixou atrás de si ou, mais corretamente, construí-lo” (FREUD, 1937/2006, p. 276). A maneira e o momento como o analista transmite suas construções ao analisante, bem como as explicações com que as faz acompanhar, constituem o vínculo entre o papel do analista e o do paciente.

O analista completa um fragmento da construção e o comunica ao sujeito da análise, de maneira a que possa agir sobre ele; constrói então um outro fragmento a partir do novo material que sobre ele se derrama, lida com este da mesma maneira e prossegue, desse modo alternado até o fim (FREUD, 1937/2006, p. 279).

Freud informa que nas descrições sobre a técnica analítica se fala pouco em construção, visto que as interpretações são as mais utilizadas. Porém, lembra que nesse momento considera construção a descrição mais apropriada, pois interpretação aplica-se a algo que se faz a algum elemento isolado do material, como um ato falho, ou uma associação. E critica a possibilidade de o analista cometer algum engano numa construção, principalmente se houve sugestão, dizendo que aí há o perigo de desencaminhar um paciente, persuadindo-o a aceitar coisa em que ele próprio acredita (FREUD, 1937/2006).

Após esse percurso nos textos que tratam da técnica, a tarefa de verificar as formulações freudianas acerca do conceito Desejo do Analista está chegando ao fim. Observa-se que já havia em Freud, desde

o início de sua clínica e formulações sobre a técnica, um começo da ética da psicanálise apontando para o desejo. Como exemplos disso, há o cuidado de Freud sempre alertar o analista contra o uso da sugestão, pois, se isso ocorresse, haveria uma descaracterização da ética da psicanálise; e o destaque para o convite que o analista faz ao analisante a fim de que este associe livremente, rejeitando qualquer predeterminação de conteúdo, colocando em movimento o inconsciente e possivelmente o desejo. Esses são apenas alguns dos indícios encontrados.

Desse modo, vimos que, embora não teorizada, já havia em Freud uma ética da psicanálise, balizando a técnica. Graças a Freud, Lacan pôde retomar aquilo que aparece em seu ensino como técnica e assim teve condições de teorizar com o que designou de Ética do Desejo. De agora em diante, já há condições de passarmos para o próximo e último capítulo, a fim de esclarecer alguns pontos e conceitos em Lacan que venho discutindo.

CAPÍTULO 4: LUGAR DO ANALISTA – DESEJO DO ANALISTA

Diferente dos capítulos anteriores em que procurei percorrer cronologicamente os textos freudianos e deles retirar os principais pontos acerca do Desejo do Analista, este seguirá outro método de exposição. O problema principal, a partir de agora, diz respeito a averiguar alguns modos pelos quais Lacan trabalhou a questão do lugar do analista em seu ensino e que determinaram o Desejo do Analista. Dessa forma, buscarei explanar alguns fundamentos sobre esse conceito que definam a questão originada no aforismo lacaniano Ética do Desejo, que serve o tempo todo como norte dessa pesquisa.

Não é objetivo deste capítulo e tampouco dessa pesquisa o aprofundamento nos conceitos lacanianos que são abordados, haja vista, que para cada um desses, caberia uma longa e aprofundada discussão. O objetivo é procurar esclarecer, na medida do possível, para o leitor alguns dos principais pontos do ensinamento de Lacan que venho mencionando, discutindo e articulando ao longo dessa dissertação com a teoria freudiana, já que não há na obra de Freud teoria que defina Desejo do Analista. Contudo, Freud, que não dispunha deste conceito, foi quem possibilitou a Lacan retomar algo que já se mostrava ali ainda que em forma de rastros. Segundo Cottet (1989, p. 182) “a utilização por Lacan da fórmula Desejo do Analista não remete sempre a uma posição subjetiva, e notáveis diferenças aparecem de um texto a outro”. Não irei percorrer todos esses textos de Lacan, mas sim apresentar como ele se sustenta na questão introduzida por Freud.

4.1 DESEJO DO OUTRO – LUGAR DO ANALISTA

Início este capítulo fazendo uma digressão a fim de introduzir brevemente alguns pontos que demarcam o trajeto do conceito de desejo para a psicanálise. Considero isso pertinente para a ocasião, pois, além do desejo constituir a alma da psicanálise, é um conceito que perpassa em todos os momentos esta pesquisa. Faço uma ressalva de que não pretendo abranger e explicar todas as maneiras que Lacan busca para falar de desejo, pois isso significaria outra pesquisa. Ater-me-ei ao que avalio ser mais notável naquilo que contribuiu para o conceito de Desejo do Analista.

Desde Freud (1937/2006), o desejo é designado pelo aforismo muito citado no original alemão *kern unseres wesen*¹⁰, que pode ser traduzido como o núcleo do ser, que consiste em desejar e, portanto, é nada, vazio, falta, castração. Garcia-Roza, parafraseando Freud, revela: “o que caracteriza o desejo é o impulso para reproduzir alucinatoriamente uma satisfação original, isto é, um retorno a algo que já não é mais, a um objeto perdido cuja presença é marcada pela falta” (GARCIA-ROZA, 2007, p. 145). A leitura que Lacan faz de Freud, acrescenta esse passo, iniciado por este, mas não sistematizado, avançando o conceito de desejo enquanto falta, que não pode ser preenchida.

Com Lacan, a dimensão do desejo aparece como intrinsecamente ligada a uma falta que não pode ser preenchida por nenhum objeto real. O objeto pulsional só pode ser, portanto, um objeto metonímico do objeto do desejo. É, aliás, a reflexão que Lacan empreende a partir do conceito freudiano de pulsão que permite elucidar esta noção de desejo (DOR, 2003, p. 142).

A concepção freudiana de desejo refere-se especialmente ao desejo inconsciente, ligado aos traços mnêmicos, “encontrando a sua realização na reprodução alucinatória das percepções que se tornaram sinais dessa satisfação” (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001, p. 114), ligada ao dinamismo do processo pulsional. O reinvestimento do traço mnêmico efetua-se então através de uma moção pulsional, surgindo como uma informação transmitida no psiquismo a partir da excitação pulsional (DOR, 2003).

Freud não estabelece uma ligação entre necessidade e desejo. Ao contrário do desejo, a necessidade, como oriunda de um estado interno de tensão, quando encontra o objeto adequado, encontra a satisfação. Essa teoria, segundo Laplanche e Pontalis (2001) teve, em Lacan, um avanço, diferenciando o desejo tanto da necessidade como da demanda. O desejo para a psicanálise difere da visão que há, na biologia, de necessidade. A necessidade, assim como o desejo, provoca uma tensão

¹⁰ Expressão freudiana que aparece no texto *Análise terminável e interminável* (1937) e muito comentada por Lacan nos Escritos: a *Instância da letra* e *A direção do tratamento*, e também no Seminário, livro 11, *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise*, entre outros.

interna, conduzindo o organismo numa certa direção (GARCIA-ROZA, 2007). A diferença está em que na necessidade tal tensão é de outra ordem, “podendo ser física ou biológica, encontrando sua satisfação através de uma ação específica, visando a um objeto específico que permite a redução da tensão, enquanto o desejo não implica uma relação com um objeto real, mas com um fantasma” (GARCIA-ROZA, 2007, p. 144). Dessa forma, vemos que na necessidade há satisfação, já o desejo nunca é satisfeito, pois sua dimensão não tem outra realidade a não ser a realidade psíquica e fantasmática. A partir dessa ideia notamos que o desejo lacaniano não está na relação com um objeto da realidade, mas com o fantasma (LAPLANCHE; PONTALIS, 2001).

Por conseguinte, no ensino de Lacan, desejo pode ser definido “epistemologicamente, em sua relação intrínseca com a ordem biológica das necessidades e com a ordem languageira da demanda de amor” (KAUFMANN, 1996, p. 118).

A satisfação de nossas necessidades vitais passa por um apelo dirigido a um Outro. Aí pode haver uma alteração, transformando-se em demanda de amor. Em consequência dessa proximidade com a ordem biológica não ser suficiente, o amor em relação ao Outro na alienação do sujeito continua marcado por uma exigência do absoluto. O amor pode ser apelo ao Outro visando a uma satisfação que não se dará em forma de resposta à demanda. A demanda de amor é a experiência em que, por meio desta, se recortam certos traços do Outro, estruturando sua relação com a linguagem e o desejo. O desejo não é nem a necessidade, cuja condição é ser substituída pela demanda, nem o amor, que aliena a necessidade (KAUFMANN, 1996).

Ao diferenciar o desejo do registro da necessidade, a partir de sua incidência no processo pulsional, Lacan nos remete a outra dimensão do desejo, para além da necessidade, cuja gênese pressupõe a presença do Outro. Isso contribuiu para Lacan em aprofundar a noção de desejo, em que este só pode surgir em relação ao Outro. A contribuição dessa dimensão do desejo irá garantir à criança, que ainda está submetida à ordem da necessidade, a passagem da posição de objeto para a de sujeito, conforme a inscrição do desejo no registro de uma relação simbólica com o Outro e através do desejo do Outro (DOR, 2003). “Na tentativa da criança de compreender o que permanece essencialmente indecifrável no desejo do Outro [...] encontra-se o próprio desejo da criança; o desejo do Outro começa a funcionar como a causa do desejo da criança” (FINK, 1998, p. 82).

Daí que surge a expressão lacaniana “o desejo do homem é o desejo do Outro, [...] é só no nível do desejo do Outro que o homem pode reconhecer o seu desejo” (LACAN, 1964/2008, p. 229). Apontando não para o objeto empiricamente considerado, mas para uma falta. O sujeito enquanto Outro desejará o desejo de um Outro, da mesma forma barrado pela castração. A movimentação do desejo vem da articulação do sujeito com o Outro e deste com o sujeito (KAUFMANN, 1996). Mas o Outro, “não é um Outro absoluto e tampouco nosso igual. [...]. É necessário como lugar, mas ao mesmo tempo é perpetuamente evanescente, é alguma coisa que representa uma queda – algo que é da natureza do objeto” (LACAN, 1960-1961/2010, p. 215).

Dessa formulação lacaniana, sucede que a criança quer ser o único objeto de afeto da mãe, mas acontece que o desejo da mãe vai além da criança, e esta o desconhece. Assim não há uma igualdade entre o desejo da criança e o da mãe, como uma suposta identidade. Precisa haver uma independência entre esses desejos, e essa independência gera um corte entre criança e mãe, uma lacuna, o desejo da mãe, desconhecido da criança, funciona de maneira singular. Esse breve esboço a respeito da separação exige que haja um corte na identidade mãe-criança devido à natureza do desejo, e esse é o corte que leva ao advento do objeto *a*. Percebemos aqui o objeto *a* como resto desse rompimento dessa suposta unidade mãe-criança (FINK, 1998).

Parafraseando Lacan, percebemos que o que está em questão no desejo é um objeto e não um sujeito. É justamente, de fazer do objeto aquilo que nos designa algo, que o torna um objeto diante do qual desfalecemos, vacilamos, desaparecemos como sujeito e é também aí que sofremos (LACAN, 1960-1961/2010). Esse é o objeto *a*. No Seminário, livro 10, *A Angústia* (1962-1963/1998), Lacan concebe o *a* como causa do desejo, afirmando que o objeto se encontra atrás do desejo.

Esse seminário evidencia o esforço de Lacan (1962-1963/1998) em estipular a estrutura do objeto *a*, assinalando quanto o sujeito tem de se desprender dele para se constituir e que também está relacionado à falta central do desejo – chamada castração. Como tal tem uma função separadora na relação do sujeito ao Outro. Lacan já formulara o conceito de *a*, mas como objeto imaginário do desejo, e essa ideia permaneceu até o Seminário, livro 10. Aí o objeto *a* perde o lugar de finalidade e passa a ocupar o lugar de causa de desejo, do objeto que falta, podendo ser pensado como um nada, vazio em torno do qual se constitui o desejo.

“O objeto *a* como causa de desejo é aquilo que evoca o desejo e é o responsável pelo advento do desejo” (FINK, 1998, p. 116).

Essa função do objeto passa a ser acentuada por Lacan que fará uma reviravolta, colocando o analista a ocupar esse lugar (COTTET, 1989). Amparado no axioma, “desejo é desejo do Outro”, no Seminário *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964/2008), Lacan define e delimita esta função: quando o analista é deslocado do campo do Outro e passa a estar como causa de desejo, suporte do objeto *a*, ou seja, não está mais presente no campo do Outro, está somente na medida em que faz falta e faz semblante de objeto *a* (COTTET, 1989). O papel do analista é de sustentar uma posição de desejo enigmático, fazendo semblante de substituto do objeto no seu fantasma. E isso é necessário para a separação do sujeito em sua relação fantasmática com o desejo do Outro (FINK, 1998). A respeito da posição do analista, Lacan se refere a ela da seguinte forma:

Ela é feita substancialmente do objeto *a*, à medida que esse objeto *a* designa precisamente o que, dos efeitos do discurso, se apresenta como o mais opaco, há muitíssimo tempo desconhecido, e no entanto essencial. Trata-se do efeito de discurso que é efeito de rechaço. [...]. Eis então o que está em jogo substancialmente na posição do psicanalista. Mas esse objeto se distingue ainda de outra maneira, pois aqui vem no lugar de onde se ordena o discurso. [...]. O próprio analista tem que representar aqui, de algum modo, o efeito de rechaço do discurso, ou seja, o objeto *a* (LACAN, 1969-1970/1992, p. 44-45)

A finalidade do conceito lacaniano Desejo do Analista é fazer contraponto ao desejo do Outro, surgindo como vazio de significação, como o objeto *a*. Mas o que é o Desejo do Analista? No seminário sobre *A ética da psicanálise* (1959-1960), Lacan indica que mais do que definir o Desejo do Analista, “podemos no entanto dizer o que ele não pode ser: Ele não pode desejar o impossível” (LACAN, 1959-1960/2008, p. 352). Lacan o chama de ‘*x*’ do analista, o ‘*x*’ da questão. Não há como nomear um desejo, podemos até tentar contorná-lo, pois, um desejo está relacionado a outro, ou seja, a uma falta (QUINET, 2007). O que nos possibilita pensarmos, conforme Lacan (1967/2003), que o Desejo do Analista assim como o desejo faz referência ao campo do Outro.

A expressão Desejo do Analista não quer dizer o desejo pessoal do analista. Não é o desejo de tornar-se analista. É uma expressão estrutural e um lugar do objeto apresentado sob sua forma enigmática para a confissão do desejo como exigente de reconhecimento. “O analista assume encarnar a expressão imaginária do objeto insatisfatório da pulsão” (NASIO, 1999, p. 69). É só com essa condição que o analista poderá ocupar esse lugar e automaticamente institui, sem perceber, o grande Outro e a transferência (NASIO, 1999). Lacan, com esse conceito, sugere o esvaziamento de qualquer substância desse lugar e a partir de tal lugar é que fará uma intervenção sobre o sujeito, ou seja, do lugar vazio de qualquer substância.

No Seminário *Os quatro conceitos fundamentais* (1964) esboça algumas coordenadas que o analista deve alcançar para ocupar o lugar que lhe é próprio. Lugar esse que é definido pela capacidade de alcançar a possibilidade de oferecer o vazio para que o desejo do analisante se mostre como o desejo do Outro. “É por essa razão que é dito que o *i (a)*, imagem do outro, do analista deve se comportar como um morto”¹¹ (LACAN, 1960-1961/2010, p. 236). Nesse sentido, é somente quando o analista consegue calar seu desejo pessoal, que, deste lugar, há chance do analisante falar, e é dessa maneira que essa função do desejo, como proveniente do lugar do Outro, poderá se manifestar.

Ainda a respeito do Desejo do Analista, Lacan o distingue do desejo comum, ao que qualifica como desejo do Outro; ou seja, desejo de ser desejado. Isto é o que não ocorre com o psicanalista. Assim, define o Desejo do Analista como um desejo especial, mais forte que o desejo comum. “Mais forte” não quer dizer um elogio, e sim desejo da morte. Não de morrer, mas da morte. É uma condição atarácica na qual o psicanalista consegue desconectar-se de seu personagem social habitual para ocupar seu lugar (HARARI, 2008).

Diante disso, o Desejo do Analista constitui uma noção complexa. Precisamos saber que o analista, ao mesmo tempo em que está inserido nessa função, cai dela, ou seja, perde-a com frequência, e, por isso, não tem identidade. O analista não tem identidade – apesar de que muitos se esforcem por defini-la – porque sai e volta todo o tempo da condição que o circunscreve. Daí que sua autocrítica seja permanente, constitutiva, já que não há psicanalista pronto nem terminado de uma vez e para sempre (HARARI, 2008).

¹¹ Esse morto não é o morto literal cadavérico, mas uma metáfora que traz a ideia similar do morto do baralho.

Lacan, no *Escrito* Proposição de 9 de outubro de 1967, refere-se que o analista não é sujeito durante uma análise e, por situar-se na posição de objeto *a*, “é ao não pensar, que ele opera. [...] Por outro lado, o que pode fazer com que exista um analista é a lógica pela qual o ato se articula num antes e num depois” (LACAN, 1967-1968/2003, p. 375). Esse ato é realizado “a partir do advento do sujeito como objeto, quando o sujeito se destitui como analisante para instituir-se como analista, podendo suportar bancar o objeto *a* para um analisante” (QUINET, 2007, p. 95).

Nesse sentido, o analisante é que faz o analista e este “se faz” de objeto *a*. Lacan (1967-1968/2003) esclarece que a expressão “ele se faz”, é no sentido que se faz produzir no lugar como semblante do objeto *a*. Notamos aqui a passagem de analisante para analista que conforme Lacan (1967-1968/2003) é tributária do ato do analista (variante do Desejo do Analista). É isso o que opera na análise e também aquilo que compõe a formação do analista. “O ato analítico fornece a estrutura da sentença lacaniana de estilo pré-socrático: o analista só se autoriza por si mesmo” (QUINET, 2007, p. 95). No *Discurso na Escola Freudiana de Paris* (1970/2003) faz o seguinte pronunciamento: “[...] de outro lugar, unicamente do ato analítico, que é preciso situar o que articula sobre o Desejo do Analista, que nada tem a ver com o desejo de ser analista. [...] O analista depende de seu ato, balizando-se pelo falacioso daquilo que o satisfaz (LACAN, 1970/2003, p. 276-277)

Em vista disso, exige-se do analista que esteja em atividade o Desejo do Analista, ou seja, a posição de objeto *a*, oposta a do narcisismo. Porém, quando existir um obstáculo, isso provavelmente ocorrerá devido ao seu próprio narcisismo, o que é efeito de uma resistência do Eu. Freud já dizia no texto *Análise terminável e interminável* (1937/2006, p. 235) que “geralmente o analista não atinge, em sua própria personalidade, o grau de normalidade que ele gostaria que seus pacientes obtivessem”. E Lacan (1960-1961/2010, p. 469) recomenda que “no próprio lugar que é o seu, o analista deve se ausentar de todo ideal do analista”. Isso porque o sujeito está como causa do desejo do Outro, não podendo jamais se confundir com o que o sujeito é do ponto de vista dos ideais do Outro.

“A quem tem de responder o Desejo do Analista?” – no *Discurso na Escola Freudiana de Paris* (1970/2003), Lacan introduz essa questão. Em seguida, ele mesmo explica que o Desejo do Analista tem de responder a “uma necessidade que o analista só pode teorizar como

tendo que produzir o desejo do sujeito como desejo do Outro, ou seja, fazer-se causa desse desejo” (LACAN, 1970/2003, p. 271). E isso ocorre, sem dúvida, porque o que está em questão na análise nada mais é do que a manifestação do desejo do sujeito.

Isso significa que, quando alguém busca a análise, atribui ao analista um lugar capaz de suprir a falta, de aliviar a angústia do ser, descrita por Freud como mal-estar na cultura e por Lacan como a dor de existir. Mas, o que o analista em questão deve saber é que ele só pode ocupar esse lugar como semblante, ou seja, situando-se mais em sua falta-em-ser do que em seu ser, pois, o que está em questão é a emergência do desejo do sujeito. “O analista só faculta ao sujeito sua verdade ao oferecer-se como suporte do des-ser. [...] o que se percebe é que a apreensão do desejo não é outra senão a de um des-ser, isso quer dizer que há uma rejeição do ser” (LACAN, 1967/2003, p. 358-359).

4.2 TRANSFERÊNCIA – LUGAR DO ANALISTA

O lugar do analista na condução da análise sofreu uma transformação com Lacan. Esta concepção não constitui a totalidade de seu ensino, não é claramente definitiva e conduz a impasses. Isso ocorre segundo Cottet (1989) com base no Desejo do Analista que será situado no registro do Outro, conforme a definição de desejo para Lacan. “O desejo é o eixo, o pivô, o martelo graças ao qual se aplica o elemento-força, a inércia, que há por trás do que se formula primeiro, no discurso do paciente, como demanda, isto é, a transferência” (LACAN, 1960-1961/2010, p. 226). Com isso, Lacan permite pensarmos na direção que dará a transferência com mola propulsora numa análise e no lugar que o analista deverá ocupar frente a isso no seu direcionamento. O foco da pesquisa a partir de agora será mostrar como a transferência está vinculada ao Desejo do Analista, e de que modo isso se torna função essencial numa análise.

O fator constitutivo da transferência, conforme Lacan, é de ela manifestar-se somente na relação com alguém a quem se fala, à medida que essa relação implica necessariamente um interlocutor. A transferência, propõe Lacan, “está ali graças ao analisante”, não é uma função do analista, mas do analisante. Ao analista cabe saber utilizá-la. Portanto, é um fenômeno em que estão incluídos o analisante e o analista, vinculados aos elementos da fala (LACAN, 1960-1961/2010).

O analista é um ouvinte que, da posição do Outro, conduz o analisante à regra analítica da associação-livre, convocando-o a falar o

que lhe vem à cabeça sem críticas ou seleção. Isso segundo Quinet (2007, p. 97) “impõe ao analisante a tarefa da decifração do saber inconsciente, sustentada, na transferência, pelo analista”. Nesse sentido, o convite do analista buscará assegurar que alguma coisa se associará e que algum saber poderá ser elaborado. Antes mesmo da situação analítica, o analisante pode acreditar que o analista detém algum saber e é nesse momento que se instaura a transferência, surgindo o que Lacan titula de Sujeito-suposto-Saber¹². Todo esse mecanismo produz uma ilusão no analisante em acreditar que o saber inconsciente de alguma maneira instituiu-se no analista, mas o que está aí é a própria transferência em atividade, devido à entrada em análise.

Todavia, Lacan nos adverte de que quando o analista se permite representar o Sujeito-suposto-Saber, de forma alguma poderá identificar-se com a posição de saber. Longe disso, a posição do analista é de não saber, igualmente, não a de compreender. É mais, uma posição de ignorância, a douda ignorância.

O fato de que Freud, no que concerne ao que é do inconsciente, era legitimamente o sujeito que a gente poderia supor saber, põe à parte tudo que foi da relação analítica, quando engajada por seus pacientes com ele. Ele não foi somente o Sujeito-suposto-Saber. Ele sabia, e nos deu esse saber em termos que se podem dizer indestrutíveis, uma vez que, depois que foram emitidos, suportam uma interrogação que, até o presente, jamais foi esgotada. Nenhum progresso se pode fazer, por menor que fosse, que não tenha desviado de cada vez que foi negligenciado um dos termos em torno dos quais Freud ordenou as vias que traçou e os caminhos do inconsciente. Isso nos mostra bastante o que é da função do Sujeito-suposto-Saber (LACAN, 1967/2003, p. 276).

Evidentemente, no início, o analista nada sabe a respeito do que está inconsciente no analisante. Assim “nenhum psicanalista pode

¹² Na *Proposição de nove de outubro* (1967), Lacan revela que o Sujeito-suposto-Saber não é real, do mesmo modo que o analista enquanto sujeito também não existe numa análise. O que importa é o analista se interessar com o saber do sujeito suposto, pois certamente desse saber ele nada sabe. A posição do saber está do lado do sujeito e não do analista (LACAN, 1967/2003).

pretender representar, ainda que de maneira bem reduzida, um saber absoluto” (LACAN, 1964/2008, p. 226). Esse fato é apontado por Lacan (1967/2003) ao fazer menção a Freud, quando este diz ao analista que aborde cada novo caso como se não tivesse aprendido coisa alguma com os anteriores. Mas Lacan faz uma ressalva de que “isso não autoriza o psicanalista, de modo algum, a se dar por satisfeito com saber que nada sabe, pois o que se trata é do que ele tem de saber” (LACAN, 1967/2003, p. 254).

O analista, quando então é colocado pelo analisante na posição daquele que sabe de seu mal-estar, do amado e do detentor do objeto precioso – *agalma*¹³, passa a ocupar a posição que se origina na relação transferencial. Entretanto Lacan ressalta que o analista deve estar avisado de que esse amor, que surge da transferência, não se dirige a ele enquanto pessoa, e que ele não tem o *agalma*. Lacan (1960-1961/2010) chama a atenção para a disparidade subjetiva, além da dissimetria apontada por Freud entre o analista e o analisante, ou seja, cada posição não é de modo algum equivalente. Somente através da posição que é dada ao analista como resultante da transferência, que este poderá analisar, interpretar e intervir durante a análise.

Desse modo, Lacan (1960-1961/2010) realça a intersubjetividade como algo absolutamente estranho à situação analítica. “A transferência por si só cria uma objeção à intersubjetividade, a refuta e é seu obstáculo” (LACAN, 1967/2003, p. 252). Pois nem na contratransferência se pode considerar como uma relação intersubjetiva. Sobre esta, Lacan (1960-1961/2010) adverte que não exclui a implicação necessária do analista na situação de transferência como consequência do próprio fenômeno. “O termo contratransferência visa, em linhas gerais, à participação do analista, a propósito da qual veem produzir-se as mais extremas vacilações” (LACAN, 1962-1963/2005, p. 165).

Mas, para haver transferência é condição *sine qua non* que seja sustentada pelo Sujeito-suposto-Saber e encontre lugar no Desejo do Analista. “De cada vez que a função, Sujeito-suposto-Saber pode ser, para o sujeito, encarnada em quem quer que seja, analista ou não, resulta da transferência que já está então fundada” (LACAN, 1964/2008, p. 226). A invenção dos conceitos Sujeito-suposto-Saber e Desejo do

¹³ Palavra grega que designa objeto precioso, utilizada no *Banquete* de Platão. Por esse viés Lacan (1959-1960/2008) irá fazer uma analogia entre a pessoa amada e o analista, ou seja, este aparecerá para o analisante como detentor do *agalma*.

Analista possibilitou Lacan a pensar no lugar do analista de forma diferente de Freud. Lacan afirma que é justamente aí, na articulação desses três conceitos, que o analista é esperado. Pois o analista enquanto é suposto saber, “é suposto saber também partir ao encontro do desejo inconsciente. É por isso que o desejo é o eixo, o pivô [...]” (LACAN, 1964/2008, p. 229).

Dessa forma, o Desejo do Analista é o que opera na análise, e será construído a partir da transferência. Esta “é um fenômeno essencial, ligado ao desejo como fenômeno nodal” (LACAN, 1964/2008, p. 225). Mostra isso nos seminários *A transferência* (1960-1961), e depois em *Os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Nesses dois, não recorre a textos de Freud, mas a um diálogo de Platão, *O banquete*, cujo tema é o amor. Ao comentá-lo, faz considerações de que a transferência foi descoberta antes de Freud.

No Seminário sobre *A transferência* (1960-1961), avalia o que seria uma interpretação de transferência por parte de Sócrates no Banquete de Platão, onde os homens estão jantando, todos bêbados e falando sobre o amor, mais precisamente sobre o amor homossexual, sendo Sócrates, homossexual, e Alcebiades, um de seus amantes. Alcebiades elogia Sócrates. Para Lacan, a transferência se dá pelo direcionamento do discurso a quem não vai dirigido. Seu lugar é indicado por Sócrates, que desmascara o desejo de Alcebiades, não como dirigido a Sócrates, mas sim a Agaton. A transferência não é dirigida ao analista, mas pela intenção de tirá-lo desse lugar e deixar ali um lugar de vazio (HARARI, 1987).

Alcebiades fala de Sócrates, e diz que vai desmascará-lo. Alcebiades entra em detalhes de sua aventura com Sócrates, na procura de que este lhe manifestasse seu desejo, sabendo que Sócrates tinha desejo por ele, mas o que quis foi um sinal (LACAN, 1960-1961/2010, p. 176). Sócrates, ao manter o enigma do seu desejo, coloca entre parênteses seu desejo pessoal. É nessa ideia que Lacan também se apoia quando formula que o Desejo do Analista deve estar silenciado para permitir que a função do desejo, como proveniente do lugar do Outro, possa se manifestar.

O momento inicial da ação do analista é aquele que geralmente toma Sócrates como pretendendo nada saber, embora de fato, diga respeito a Eros, quer dizer, ao desejo. Platão não pode fazer mais do que nos indicar, da maneira mais precisa, o lugar da transferência (LACAN, 1964/2008).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma longa jornada foi percorrida até chegar ao final. Apesar do projeto proposto, com intento de realizar, à luz dos ensinamentos de Lacan, o retorno aos textos de Freud, em certos momentos não foi possível conduzir o trabalho na mesma direção, havendo desta forma alguns desvios, embora não fosse um dos objetivos dessa pesquisa o caminho da linearidade.

É importante destacar que o problema e os objetivos não foram colocados previamente. Havia uma ideia inicial, que surgiu a partir de meus questionamentos sobre a *práxis*, provocando um forte desejo de pesquisá-la. Como afirmei a princípio, foi no aforismo Ética do Desejo que esse trabalho teve sua origem, no entanto, esse ponto de partida acabou servindo como norte, pois, ao longo do caminho, minha questão principal centrou-se em torno do Desejo do Analista.

Já apresentei e discuti as razões que me levaram a trabalhar esse tema pouco presente na literatura psicanalítica. É válido salientar que Desejo do Analista – um conceito lacaniano – não aparece teorizado em Freud, salvo, como procurei demonstrar, em forma de rastros. Não que seja possível encontrar em Lacan um seminário ou escrito específico que esboce uma leitura aprofundada sobre esse conceito, já que o mesmo aparece disperso em todo seu ensino.

A partir de agora, farei uma retrospectiva do caminho trilhado nesta pesquisa, retomando os principais pontos desenvolvidos e os rastros que encontrei do conceito lacaniano Desejo do Analista, na obra de Freud.

No capítulo um, realizei um breve percurso sobre o histórico da psicanálise. Nele, acompanhei o desejo do sujeito Freud com a invenção da psicanálise. Desejo esse que se manifestou na maior parte do tempo forte, mesmo diante de tanta resistência, sem apoio e contra todas as concepções da época. “Ninguém pode contestar seriamente que Freud tenha sido um homem de desejo” (COTTET, 1989 p. 18). Apesar de tantas dificuldades, não cedeu do seu desejo. Lacan em seu ensino se utiliza dessa sentença de forma embrionária ao teorizar sobre a Ética do Desejo.

A partir desse trajeto na história, localizei alguns indícios que apontam para o desejo freudiano, que embora provavelmente desconhecido, já estava despontando. O fato de Freud não ter recuado, diferentemente de Breuer, ao se deparar com o papel desempenhado pela sexualidade na etiologia das neuroses e da transferência dirigida ao

analista sob forma de amor, somado à invenção da técnica da associação-livre, são pontos significativos que ensinaram a Freud o respectivo lugar do analista. Daí em diante, a partir da leitura cronológica dos textos freudianos, continuei desenvolvendo o tema deste trabalho.

No capítulo seguinte, continuando na mesma trajetória e apresentando os primeiros desenvolvimentos de Freud sobre a psicanálise, o foco esteve nas questões que surgiram da clínica com as histéricas. Centrando-me no modo como elas foram determinantes para a fundação da psicanálise e na maneira pela qual proporcionaram a Freud o seu lugar, seguindo o percurso de inúmeros autores empenhados na releitura de Freud preconizada por Lacan, destaquei alguns conceitos que se originaram dali, tais como: inconsciente, sexualidade e transferência. Aí encontrei pontos essenciais que supostamente indicam algo do Desejo do Analista.

A partir de *Estudos sobre a histeria* (1893-1895) pode-se perceber o começo de uma teorização do lugar do analista, mediante a clínica de Freud com as histéricas. A pioneira foi *Anna O.* ao considerar a relevância da escuta analítica, referindo-se a esse procedimento como a “cura pela palavra”, ou seja, por via da palavra. *Frau Emmy von N.* também proporcionou a Freud uma lição, pedindo-lhe que não perguntasse “de onde veio isso ou aquilo e que a deixasse contar o que ela tinha a dizer” (STRACHEY, 1893-1995/2006). Consequentemente, *Emmy von N.* coloca Freud em seu lugar – o do analista –, lugar este que Freud, então, não inventara, mas reconheceu. Logo, abandona a técnica da sugestão e passa a acreditar no curso de associações-livres.

Freud se deu conta de que o saber, quem o dispõe, é o analisante, mas é um saber que nem mesmo ele sabe, muito menos o analista. Daí aprendeu a valorizar o lugar do analista como o daquele que sabe que não sabe. Freud nada sabia além daquilo que suas pacientes podiam lhe ensinar. Assim, no que concerne ao desejo freudiano, vimos que as histéricas o põe em cena ao revelar um saber que apenas elas possuem.

Também no *Estudos* vimos as primeiras elucubrações de Freud sobre a sexualidade, tendo no caso *Anna O.* seu lugar de entrada, apesar da resistência oferecida por Breuer, o qual lhe possibilitou descobrir que há um traumatismo de ordem psíquica. Freud, então, descobre que este, como fator causal da histeria, é uma experiência sexual prematura que surpreendeu o sujeito (KAUFMANN, 1996). É, portanto, na perspectiva da histeria como defesa contra a sexualidade que a técnica de Freud se fundamentou.

O que havia escapado a Breuer e que este rejeitou era o componente sexual presente o tempo todo na sua relação com *Anna O*, que lhe impossibilitou de continuar recebendo-a em consultas. O que houve foi a instalação da transferência, fenômeno que nessa época ainda não era reconhecido. De fato Breuer recuou, quando a transferência de amor se instalou, demonstrando um desconhecimento de que esse amor faz parte da transferência e do Desejo do Analista que deve existir na relação entre analista e analisante, o que hoje sabemos ser fundamental ao lugar do analista para que haja a transferência.

A transferência só foi identificada por Freud alguns anos depois, em 1905 [1901], com o caso *Dora*, no qual reconhece que o analista tem sua função. O objetivo de Freud nesse caso estava em mostrar o mecanismo da neurose e, da mesma maneira, o que determinavam os sintomas, tendo como meta a revelação do que fora considerado como técnica, mas que a partir de uma leitura lacaniana sabemos que se trata da ética da psicanálise. Mas a transferência ainda não conseguiu ser desvelada, pois só aparecendo ao final do caso, acabou por encurtar assim a análise (FREUD, 1905[1901]/2006). Este obstáculo à transferência esteve relacionado ao lugar ocupado por Freud, pois foi somente através desta que Freud pode esclarecer as particularidades da análise de *Dora*. Lacan (1951/1998) ressalta que é possível considerar, no caso referido, a transferência como inteiramente relativa à contratransferência, dando lugar à ideia de que a contratransferência é um conceito ligado ao erro técnico e/ou à resistência por parte do analista.

“A resistência do sujeito, quando se opõe à sugestão, é apenas desejo de manter seu desejo” (LACAN, 1958/1998, p. 642). Com isso Lacan quer dizer que a transferência sozinha já é análise da sugestão, fazendo relação com a transferência positiva, uma vez que é o desejo que mantém a direção da análise. Freud, ao se colocar no lugar de mestre, de amo da verdade, dirigiu a análise de *Dora* de uma maneira como: “[...] de Eu para Eu, ou de igual para igual” (LACAN, 1953-1954/1986, p. 44), não conseguindo ocupar o devido lugar do analista. Tal erro foi por ele mesmo reconhecido ao final do caso, já que desconhecia a função transferencial. Esses são mais alguns pontos provavelmente retomados por Lacan quando se refere ao Desejo do Analista, distinguindo-o da posição narcísica e da do mestre do saber e ressaltando a relevância da instalação da transferência, a qual tangencia à ética da psicanálise.

Após essas descobertas, vistas no *Estudos* e no caso *Dora* (1905[1901]), Freud permaneceu alguns anos sem publicações sobre o tema e lembra que é possível encontrar algo sobre a técnica em um de seus textos, mas de modo muito superficial, nesse intervalo de tempo.

No capítulo três, houve uma guinada teórica nas concepções freudianas acerca da técnica, mudança essa que resultou no que Strachey chama de *Artigos sobre técnica* (1911-1915). Estes nos possibilitaram pensar numa ética da psicanálise que sustentou essas transformações e nas possíveis articulações com a Ética do Desejo.

Vimos que Freud fez uma reviravolta “nos pressupostos éticos tradicionais, que, de fato, já não se sustentavam como orientadores da ação moral” (KEHL, 2002, p. 7). A partir do advento da psicanálise, a dimensão ética instaura-se do inconsciente e não do Eu. Daí que o problema consiste nas representações recalcadas do desejo, quando inconcebíveis por consequência do recalque.

A descoberta freudiana do recalque, conforme Cottet (1989, p. 122), “[...] impõe uma direção da análise, não deixando o psicanalista inteiramente neutro. [...] o analista quer algo: suspender o recalque”. Diante disso, no *Escrito A Direção do tratamento* (1958/1998), Lacan discorre sobre a relevância na psicanálise em formular uma ética que componha as conquistas freudianas sobre o desejo, uma vez que é o inconsciente que possibilita situá-lo. Daí em diante, procurei expor as consequências éticas do advento do inconsciente, tal como foi aberto por Freud, buscando pistas que apontam para o lugar do analista.

Freud (1917[1916-17]/2006) expôs que há um conflito entre uma pulsão e o recalque sexual, mas este não pode ser solucionado com a ajuda do analista ao propor ao paciente a escolha entre uma dessas tendências. Não é seu papel, na direção da análise, o de instrutor. Sua ética o dirige para a conclusão de que “o analista só tem um desejo: o de ver o paciente tomar as decisões por si próprio” (COTTET, 1989, p. 125). Freud afirma que o neurótico considera seu conflito como de natureza moral, e que suas resistências o encaminham para lugares discursivos moralizantes e culpabilizantes, mas que não é função do analista resolver conflitos, mas sim superar as resistências que mantêm o recalque. Tal fato nos remete a pensar na aparente neutralidade (mencionada por Freud nos *Escritos sobre técnica* [1911-1914]) que cabe ao analista, ou seja, de não escolher nem um, nem outro dos termos do conflito inconsciente. Nesse sentido, Freud, em nenhum momento, promete reconciliação entre as instâncias do psiquismo. Vê-se a questão ética já esboçada por Freud no que diz respeito ao confronto do sujeito

com seu desejo, outro ponto no qual Lacan se apoia para fundamentar sua Ética do Desejo.

Freud (1912/2006), ao revelar a posição de neutralidade do analista, refere-se a ela, inicialmente, baseada na transferência e não nas trocas de opiniões. O analista de forma alguma decidirá para qual caminho o analisante deve ir, mesmo porque isso significaria uma discussão, uma relação dual, ou seja, tudo o que a psicanálise não deve procurar. O que Freud considerou como técnica limita-se a regra fundamental: a associação-livre (FREUD, 1912/2006, p. 125). Ao falar da técnica, ele já advertia sobre a posição de neutralidade do analista.

Freud menciona algo da neutralidade no que o analista não envolva sua pessoalidade nas questões do analisante. Nesse aspecto Lacan avançou ao falar da vacilação calculada e de que essa pretensa neutralidade é imaginária, ingenuamente absolutizada. Germe do lugar de objeto causa de desejo, uma vez que o analista realiza uma tarefa de pura virtualidade, chamada por ele de “fazer semblante”. Não aparência, mas sim virtualidade. Esse semblante conecta-se à ideia de neutralidade, como “vacilação calculada da neutralidade do analista” (LACAN, 1960/1998, p. 839).

Na mesma direção, mais um ponto digno de nota em Freud (1912/2006), foi o de não haver relevância na ambição educativa, nem na terapêutica. Onde já se mostra algo do conceito Desejo do Analista.

Outra pista fundamental, localizada nos escritos de Freud (1912/2006), foi sobre o requisito para os que desejam efetuar análise em outras pessoas: o de ser analisado por outro analista. Somente através de sua própria análise, quem pretenda tornar-se analista, poderá trabalhar com as resistências que o impeçam de ocupar este lugar, teorizado por Lacan como de objeto causa de desejo.

Outra questão elementar é o amor na transferência. Freud certificou quão catastrófico é o fato de que o anseio por amor seja tanto satisfeito, como eliminado. Cabe aproveitar o amor transferencial e sustentá-lo para facilitar as intervenções e interpretações, mas como algo irreal, uma situação da análise. Não lhe cabe qualquer proveito, pois existem razões éticas e técnicas que o impelem a não oferecer seu amor (FREUD, 1915[1914]/2006).

Já a última pista no tocante ao lugar do analista, derivada da anterior, foi que “o tratamento analítico deve acontecer sob privação, num estado de abstinência” (FREUD, 1919[1918]/2006, p. 176). Conforme Cottet (1989, p. 124) “não é em nenhum caso abstinência de desejo”, já que aqui mesmo se pode ver o Desejo do Analista.

Se até o terceiro capítulo a tarefa objetivou realizar um percurso nos textos freudianos, no quarto e último tomou outra direção. Procurei estudar alguns modos pelos quais Lacan trabalhou a questão do lugar do analista em seu ensino que determinaram o Desejo do Analista, buscando esclarecer alguns fundamentos sobre esse conceito. Não tive a pretensão de adentrar profundamente nesses conceitos.

Com Lacan, o lugar do analista sofreu uma transformação decorrente do Desejo do Analista situado no registro do Outro, de acordo com a definição de objeto causa de desejo, e no lugar ocupado pelo analista frente ao direcionamento na transferência.

Por fim, foi a partir da proposta do Desejo do Analista, como pilar de uma análise, que me empenhei em buscar e mostrar seus rastros no desejo de Freud. Desejo este que pôde apenas ser inferido e conjecturado no decorrer dos capítulos. A delimitação do Desejo do Analista, contudo, deixou-me num impasse: ao invés de nomeá-lo, dediquei-me a mostrá-lo. Devemos a Freud o inconsciente, desvelado por suas históricas que lhe mostraram sua origem na vida sexual, conduzindo-o e o seu desejo de saber, ao trauma psíquico, ao lugar do analista, e à invenção da psicanálise.

REFERÊNCIAS

- ABBAGNANO, Nicolas. *Dicionário de filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- COSTA, Jurandir F. *A ética e o espelho da cultura*. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.
- COTTET, Serge. *Freud e o desejo do psicanalista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1989.
- FIGUEIREDO, Luís Cláudio M. *Revisitando as psicologias: da epistemologia à ética das práticas e discursos psicológicos*. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FINK, Bruce. *O sujeito lacaniano: entre a linguagem e o gozo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- FREUD, Sigmund. Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim (1956 [1886]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. I, 2006.
- _____. Estudos sobre a histeria (1893-1895). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. II, 2006.
- _____. Sobre o mecanismo psíquico dos fenômenos histéricos: comunicação preliminar (1893). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. II, 2006.
- _____. Relatório sobre meus estudos em Paris e Berlim (1956 [1886]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. I, 2006.
- _____. Fragmento da análise de um caso de histeria (1905 [1901]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. VII, 2006.

_____. As perspectivas futuras da terapêutica psicanalítica (1910). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XI, 2006.

_____. Artigos sobre técnica (1911-1915 [1914]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, 2006.

_____. Recomendações aos médicos que exercem a psicanálise (1912). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, 2006.

_____. Sobre o início do tratamento (1913). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, 2006.

_____. Observações sobre o transferencial (1915 [1914]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, 2006.

_____. A história do movimento psicanalítico (1914). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XIV, 2006.

_____. Conferência XXVII (1917 [1916-1917]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVI, 2006.

_____. Conferência XXVIII (1917 [1916-1917]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVI, 2006.

_____. Uma dificuldade no caminho da psicanálise (1917). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, 2006.

_____. Linhas de progresso na terapia psicanalítica (1919 [1918]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, 2006.

_____. O estranho (1919). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, 2006.

_____. Psicologia de grupo e a análise do eu (1921). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 2006.

_____. Dois verbetes de enciclopédia (1923 [1922]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 2006.

_____. O eu e o isso (1923). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVIII, 2006.

_____. O mal-estar na cultura (1929). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XXI, 2006.

_____. Análise leiga e outros trabalhos (1926). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XX, 2006.

_____. Um estudo autobiográfico (1925 [1924]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XX, 2006.

_____. Análise terminável e interminável (1937). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, 2006.

_____. Construções em análise (1937). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, 2006.

GARCIA-ROZA, Luiz Alfredo. Pesquisa de Tipo Teórico. *Psicanálise e Universidade*, PUC/SP, n.1, 1994.

_____. *Freud e o inconsciente*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

GAY, Peter. Freud: uma virada para nosso tempo. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

HARARI, R. *A recolocação da clínica a partir de Lacan*. Seminário ministrado na Maiêutica Florianópolis - Instituição Psicanalítica, abril de 1987.

_____. *O psicanalista, o que é isso?* Rio de Janeiro: Cia. de Freud, 2008. p. 136-137.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. *Dicionário básico de filosofia*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

JOËL, Dor. *Introdução à leitura de Lacan*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

KAUFMANN, Pierre. *Dicionário enciclopédico de psicanálise: o legado de Freud e Lacan*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

KAUFMANNER, Henri. A ética da psicanálise: do desejo ao sintoma, ou o caso único de Freud. *Curinga*, EBP/MG, n. 24, p. 103-110, 2007.

KEHL, Maria Rita. *Sobre ética e psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

LACAN, Jacques. *Escritos: intervenção sobre a transferência* (1951). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Escritos: introdução ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud. Resposta ao comentário de Jean Hyppolite sobre a “Verneinung” de Freud (1953-1954)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Escritos: a direção do tratamento e os princípios de seu poder* (1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *Escritos: subversão do sujeito e dialética do desejo no inconsciente freudiano* (1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____. *O Seminário, livro 1: os escritos técnicos de Freud (1953-1954)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.

_____. *O Seminário, livro 5: as formações do inconsciente* (1957-1958). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

_____. *O Seminário, livro 7: a ética da psicanálise* (1959-1960). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. *O Seminário, livro 8: a transferência* (1960-1961). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

_____. *O Seminário, livro 10: a angústia* (1962-1963). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

_____. *O Seminário, livro 11: os quatro conceitos fundamentais da psicanálise* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

_____. *O Seminário, livro 17: o avesso da psicanálise* (1969-1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1992.

_____. *Outros Escritos: ato de fundação* (1964). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Outros Escritos: proposição de 9 de Outubro de 1967 sobre o psicanalista da escola* (1968). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Outros Escritos: o ato psicanalítico* (1967-1968). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Outros Escritos: pronunciamento na escola* (1969). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Outros Escritos: discurso na escola freudiana de Paris* (1970). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

LALANDE, André. *Vocabulaire technique et critique de La philosophie*. Paris: Quadrige, 2002.

LAPLANCHE; PONTALIS. *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

MEZAN, Renato. Pesquisa teórica em psicanálise. *Psicanálise e Universidade*, PUC/SP, n.1, 1994.

_____. *Escrever a Clínica*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1998.

_____. *Interfaces da psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

NASIO, Juan-David. *Como trabalha um psicanalista?* Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

PLATÃO. *Diálogos*: Mênon – Banquete – Fedro. 4ª ed. Rio de Janeiro: Globo, 1960. p. 63-69.

QUINNET, Antonio. *As 4+1 condições da análise*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

REMOR, Carlos Augusto Monguilhott. *A interpretação na clínica da hermenêutica à psicanálise*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2008.

STRACHEY, James. Nota do Editor Inglês. Estudos sobre a histeria (1893-1895). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. II, 2006.

_____. Nota do Editor Inglês. Fragmento da análise de uma caso de histeria (1905 [1901]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. VII, 2006.

_____. Nota do Editor Inglês. Artigos sobre técnica (1911-1915 [1914]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XII, 2006.

_____. Nota do Editor Inglês. Linhas de progresso na terapia psicanalítica (1919 [1918]). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XVII, 2006.

_____. Nota do Editor Inglês. In: *Análise terminável e interminável* (1937). In: *Edição Standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud*. Rio de Janeiro: Imago, v. XXIII, 2006.

TAVARES, Pedro Heliodoro. *Versões de Freud*: breve panorama crítico das traduções de sua obra. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2011.